



CAPÍTULO IV

*Cristina Parente**

ESTRUTURA EMPRESARIAL: PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL E DA MÃO-DE-OBRA¹

1. O enfoque e as opções analíticas

A análise da estrutura empresarial versa sobre duas vertentes: uma referente ao perfil de especialização sectorial, tendo em conta as variáveis relativas aos ramos e sectores de actividade dos estabelecimentos, antiguidade e dimensão das empresas; outra abordada na perspectiva dos recursos humanos que emprega, tendo como referencial as características etárias, de género e qualificações escolares e profissionais dos trabalhadores por conta de outrem. Em ambos os casos, a fonte de informação usada foi os quadros de pessoal produzidos, desde 1988, pelo actual Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e seus homólogos. A informação recolhida anualmente através deste inquérito refere-se ao sector privado da economia portuguesa, incluindo a partir de 1995 igualmente os serviços da administração central, regional e local e os institutos públicos que empreguem trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho.

Na caracterização da estrutura empresarial abordada do ponto de vista da especialização sectorial (primeira vertente), explorou-se os dados publicados dos quadros de pessoal, com desagregação regional por distrito ou por região. Ainda para esta vertente, bem como para a abordagem do perfil demográfico e qualificacional dos recursos humanos assalariados (segunda vertente) foram usadas as informações disponíveis não publicadas sobre a Região Norte definida segundo a nomenclatura de unidades territoriais (NUT II).

Genericamente para o período entre 1988 a 1992 obteve-se informação relativa ao continente e à Região Norte (NUT II segundo fonte do Ministério do Trabalho e Solidariedade).

De 1993 a 2004, a informação disponível encontra-se territorialmente organizada por distrito. De forma a obtermos uma aproximação à escala regional da NUT II em foco neste trabalho, optou-se por elaborar uma agregação de distritos: Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu². Trata-se, por isso, de uma mera aproximação aos números que verdadeiramente caracterizam a Região Norte (NUT II), que devem ser interpretados com

* Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ O trabalho de análise estatística que sustenta este capítulo foi realizado por Hernâni Veloso Neto.

² Excluiu-se o distrito da Guarda na medida em que apenas o concelho de Vila Nova de Foz Côa se integra na Região Norte. Por sua vez, importa recordar que os distritos de Aveiro e Viseu, agregam um conjunto significativo de concelhos que não integram aquela Região.



precaução e não mobilizados para exercícios comparativos com os 1988 a 1992. Feita a advertência, optamos, por facilidade de leitura, por designar aquela agregação como Região Norte.

Saliente-se a ausência de informação disponível publicada e não publicada para o ano de 2001.

Atendendo às condicionantes descritas, bem como à necessidade de simplificação da análise para efeitos interpretativos, optou-se por uma abordagem desagregada em três séries temporais: 1988 a 1992; 1995 a 2000; 2002 a 2004. Os ciclos de análise fixados fundamentam-se nas características estruturais do período longo em foco.

De uma forma sintética, o período de 1988 a 1992 remete para a fase imediatamente após a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia e reflecte as características empresariais nacionais da época da pré-adesão: um tecido empresarial muito marcado pela dependência histórica do Estado, particularmente pela política industrial proteccionista de apoio ao desenvolvimento de alguns sectores particulares da indústria com o conhecido condicionamento industrial que caracterizou a ditadura salazarista. As especificidades do desenvolvimento industrial vivido até meados dos anos 70 do século XX tiveram repercussões na situação actual de economia semi-industrializada que enfrenta hoje todo um conjunto de novos desafios, resultantes da sua integração na cena internacional.

O segundo período abordado, de 1995 a 2000, representa um período intermédio, cerca de 10 anos após a adesão à União Europeia (EU), reflectindo a aplicação de fundos estruturais comunitários no tecido empresarial nacional. Permite equacionar a evolução do tecido empresarial no contexto mais lato, isto é, no quadro socio-económico do espaço comunitário, procurando detectar linhas de continuidade face às tendências estruturantes anteriores e de emergência de novas dinâmicas que permitem debater em que medida, por um lado, as fragilidades resultantes da nossa história foram ultrapassadas e, por outro, as potencialidades da adesão à EU foram aproveitadas.

O último ciclo, de 2002 a 2004, foi escolhido por razões de disponibilidade actualizada de informação, na medida em que para o ano de 2001 não existe informação disponível. Este último período permite balancear os traços de mudança e de permanência das fases anteriores, reflectindo já as características que resultam da transição entre o fim do Estado Novo e a integração no novo espaço socio-económico europeu.

As séries temporais referidas foram trabalhadas, do ponto de vista do tratamento quantitativo da informação, numa dupla perspectiva: i) a análise de cada uma delas de *per se*, calculando-se quer valores médios e percentuais com objectivo de obter uma caracterização estática dos períodos estudados, quer índices compósitos capazes de permitirem uma leitura agregada das principais tendências que retratam os referidos ciclos; ii) a análise evolutiva



através do cálculo do coeficiente de variação³, aferido pela diferença percentual verificada entre os limites do período em análise, de forma a dar conta da dinâmica caracterizadora das séries, avaliando as tendências gerais de crescimento ou regressão das variáveis.

2. A estrutura empresarial: perfil de especialização sectorial

O perfil de especialização sectorial da economia portuguesa tem vindo a mudar radicalmente ao longo as últimas décadas. O sector primário encontra-se em retrocesso, o processo de desindustrialização intensifica-se “e a terciarização prossegue, embora o processo não se tenha esgotado” (Mateus, 2003, p. 31). A Região Norte tende a reproduzir as principais tendências nacionais, porém com algumas especificidades, consubstanciadas genericamente em atrasos no que se refere aos factores potenciadores do desenvolvimento socio-económico.

Vejamus algumas características deste processo de mudança atendendo à concentração sectorial dos estabelecimentos empresariais.

No período de 1988-1992, a análise da variável estabelecimentos segundo o sector de actividade permite constatar que os estabelecimentos afectos ao sector primário na Região Norte são deficitários comparativamente ao continente, manifestando-se a mesma orientação no que se refere à taxa de crescimento (quadro 1).

Quadro 1
Estabelecimentos segundo o sector de actividade: 1988 - 1992

	N.º Médio	%	Δ a)
Continente			
Sector Primário	6.480	4,1	25,2
Sector Secundário	50.599	31,9	26,8
Sector Terciário	101.500	64,0	27,8
Região Norte			
Sector Primário	705	1,3	19,1
Sector Secundário	24.104	44,2	23,1
Sector Terciário	29.722	54,5	25,0

Nota: a) Coeficiente de variação.
Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Em ambos os territórios salienta-se, no ciclo em análise, um aumento acentuado dos estabelecimentos pertencentes ao sector terciário, sendo igualmente expressiva a taxa de crescimento dos estabelecimentos do sector secundário, concretamente da indústria, construção, água e energia. Porém, na Região Norte, o número dos estabelecimentos integrantes deste



último sector está muito mais próximo dos do sector terciário do que no continente, onde o sector terciário representa cerca do dobro de estabelecimentos do sector secundário. A Região Norte concentra quase metade dos estabelecimentos do sector secundário do território continental.

A análise do indicador de localização sectorial (ILS)⁴ neste período (quadro A em anexo), corrobora a forte expressividade da actividade económica secundária da Região Norte, particularmente sobre-representada na indústria transformadora (1,501), ainda que igualmente na construção (1,148). No âmbito da indústria transformadora, destaca-se o peso superior da *Indústria Têxtil, Vestuário e Couro* (2,229) e da *Indústria da Madeira e da Cortiça* (1,770), ao contrário do que acontece com a *Indústria da Alimentação, Bebidas e Tabaco* (0,866), que não atinge valores superiores à média continental.

O sector terciário regista um ILS de 0,851 para a Região Norte, encontrando-se sub-representado quando comparado com o território nacional. Por sua vez, são os *Serviços Pessoais e Domésticos*, de baixo valor acrescentado, que atingem na Região Norte os valores mais significativos (0,955), não atingindo, no entanto, o valor médio continental.

No período de análise seguinte, entre 1995 e 2000, destaca-se o aumento do número de estabelecimentos em todos os sectores de actividade na Região Norte⁵.

Da observação do quadro 2 acentua-se, na continuidade do período anterior, a concentração na Região Norte dos estabelecimentos do sector secundário do continente.

Quadro 2
Estabelecimentos segundo o sector de actividade

	1995 – 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Continente						
Sector Primário	8.672	3,5	32,5	11.262	3,3	4,9
Sector Secundário	72.400	29,0	39,0	96.299	28,4	-0,9
Sector Terciário	168.598	67,5	40,2	231.690	68,3	8,0
Região Norte						
Sector Primário	1.685	1,7	54,2	2.755	2,0	17,4
Sector Secundário	39.179	38,7	36,7	48.590	35,4	-0,8
Sector Terciário	60.374	59,6	43,8	85.968	62,6	11,3

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

⁴ Cálculo do coeficiente de variação = (limite superior – limite inferior) *100 / limite inferior.

⁴ A análise do ILS possibilita a comparação da expressão de uma determinada actividade económica numa dada unidade territorial face a uma outra unidade territorial padrão. Os valores variam entre 0 e infinito, em que valores superiores a 1 indiciam uma expressão superior da unidade em análise relativamente à unidade padrão, que no caso é o valor da média verificada para o continente.

⁵ Importa recordar o que foi apontado inicialmente: na análise do período de 1993 a 2004, o termo Região Norte expressa a agregação de um conjunto de distritos: Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.



Nesta região, os distritos do Porto, Braga e Aveiro são os que apresentam o maior número médio de estabelecimentos do sector secundário, porém as maiores taxas de crescimento de estabelecimentos secundários registam-se nos distritos transmontanos de Bragança (67,8%) e de Vila Real (50,7%), os quais só mais recentemente adquirem uma vocação industrial (quadro B em anexo).

A análise do ILS exhibe tendências idênticas às constatadas no período anterior: a sobre-representatividade do sector secundário (1,336) na Região Norte, particularmente da indústria transformadora (1,473) e da construção (1,443). No seio da primeira, repete-se o peso da *Indústria do Couro, Calçado e Similares* (2,160) e da *Indústria Têxtil e do Vestuário* (2,081). Destaca-se neste período a importância assumida pela *Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco* face à média continental (1,023) (quadro C em anexo), tendência que contrasta com a sub-representatividade deste ramos industrial no período anterior.

Uma abordagem mais pormenorizada dos distritos da Região através do ILS Norte (quadro D em anexo), revela uma expressividade significativa face ao continente de estabelecimentos da *Indústria do Couro, Calçado e Similares* (6,595) no distrito de Aveiro e de estabelecimentos da *Indústria Têxtil e do Vestuário* (5,869) no distrito de Braga. Estes valores mais expressivos do ILS são acompanhados pelos valores do índice de dispersão sectorial (IDS)⁶, que nos confirma o peso da *Indústria do Couro, Calçado e Similares* no distrito de Aveiro (51,6%) e da *Indústria Têxtil e do Vestuário* no distrito de Braga (56,1%).

A forte industrialização da Região Norte não supera a tendência de crescimento das actividades económicas terciárias, quer na região, quer no continente. Não obstante, observando de novo o quadro 2, verificamos que o número médio de estabelecimentos do sector secundário na Região Norte não é tão distante do número de estabelecimentos do sector terciário, ao contrário do que se constata no Continente. De facto, neste último, é maior a disparidade sectorial, o que o revela mais terciarizado do que a Região Norte, esta, por sua vez, mais industrializada.

Com efeito, na Região Norte, nem o sector terciário, nem nenhum dos seus subsectores têm uma expressão superior à do continente. É o *Comércio por Grosso e a Retalho e a Reparação de Veículos, Motociclos e de Bens Uso Pessoal e Doméstico* que apresentam os valores mais próximos da média continental neste período (quadro C em anexo).

Se atendermos à confrontação com o período anterior (1988-1992), as actividades agrícola, silvicultura e pesca revelam, para ambos os territórios, um crescimento do número de estabelecimentos. Apesar de continuar a ser um sector com pouca expressividade face aos restantes sectores de actividade económica, na Região Norte apresenta taxas de crescimento

⁶ O IDS possibilita a análise do grau de dispersão/concentração de um dado ramo de actividade no interior de uma determinada unidade territorial padrão. No caso concreto, a unidade padrão foi a Região Norte possibilitando visualizar em que distritos estão mais concentrados os estabelecimentos dos diferentes ramos de actividade.



mais significativas (54,2 %) do que o sector secundário (36,7%) e terciário (43,8%), ao contrário do que se observa para o território continental (quadro 2), o que acentua o crescimento do sector primário na Região Norte em contratendência ao que se verifica no continente.

No ciclo mais actual, de 2002 a 2004 intensifica-se a terciarização da economia portuguesa. Todavia, as taxas de crescimento do número de estabelecimentos afectos ao sector terciário são menos significativas das verificadas no período de análise anterior em ambos os territórios (quadro 2). A análise do ILS revela uma aproximação da Região Norte à tendência de terciarização do continente (0.916) (quadro B em anexo)

O sector primário repete o pendor de crescimento do período anterior, ainda que em desaceleramento, persistindo globalmente pouco expressivo como actividade económica. Por seu lado, o sector secundário manifesta uma inversão das taxas de crescimento anteriormente verificadas, quer no continente, quer na Região Norte, apresentando mesmo taxas de crescimento negativas, como se pode observar no quadro 2. São sobretudo os distritos de Aveiro (-4,5%) e Braga (-1,4%) que consolidam este retrocesso do sector secundário (quadro B em anexo), que como se analisará adiante, através da variável *empresas segundo a dimensão*, pode estar associado ao decréscimo significativo das médias e grandes empresas verificado nestes distritos nos últimos anos em foco.

A análise do ILS e do IDS para este período (quadro D em anexo) repete algumas tendências anteriormente apontadas, como o peso expressivo da *Indústria do Couro, Calçado e Similares* no distrito de Aveiro e da *Indústria Têxtil e do Vestuário* no distrito de Braga.

Salienta-se, na generalidade da Região Norte, uma nova perda de importância face à média continental da *Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco* (0,983) (quadro C em anexo)

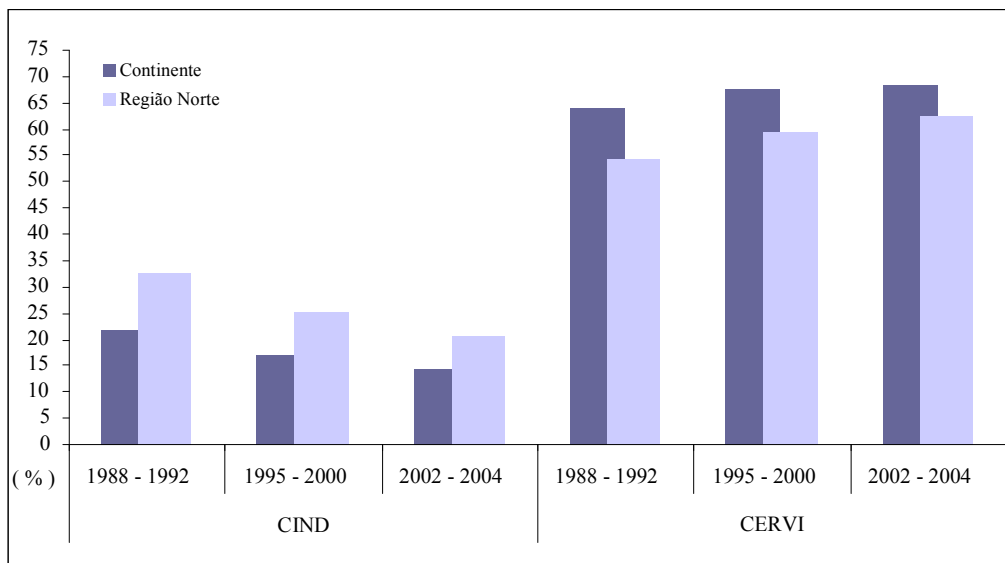
O gráfico 1 sintetiza através dos coeficientes de industrialização transformadora (CIND) e de terciarização (CERVI)⁷, a tendência global de terciarização da economia portuguesa em detrimento da industrialização nos três períodos focalizados. Realça, contudo, uma vocação económica nitidamente diferenciada entre a Região Norte e o continente, dado o peso mais significativo do subsector da indústria transformadora na primeira e do sector dos serviços no segundo.

A análise regional do CIND e CERVI ao longo dos dois últimos ciclos em análise revela que os distritos de Braga e Aveiro são os que mantêm maior peso de industrialização transformadora. O distrito de Bragança é o que mais tende a terciarizar-se nos dois últimos ciclos em análise (quadro E em anexo).

⁷ O CIND e o CERVI reflectem a percentagem, sobre o total do tecido produtivo, de estabelecimentos respectivamente da indústria transformadora e dos serviços, informando sobre o peso destes subsectores na estrutura empresarial.



Gráfico 1
Coeficiente de industrialização transformadora (CIND) e coeficiente de terciarização (CERVI)
na óptica empresarial



Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

A leitura do quadro 3 corrobora, através do índice de especialização/diversificação sectorial (INDISEC)⁸, para os três períodos em análise as conclusões que foram sendo avançadas acerca do grau de especialização do tecido produtivo do continente e da Região Norte. Verifica-se em ambos os territórios uma evolução análoga do grau de especialização, com a Região Norte a assumir continuamente um tecido produtivo mais especializado no sector secundário do que o continente. Salienta-se a partir de 2002 uma ligeira quebra de especialização do tecido empresarial, tanto no continente como na Região Norte, o que se justifica pela tendência para a desindustrialização.

Quadro 3
Índice de especialização/diversificação sectorial (INDISEC) na óptica dos sectores de actividade

	1988 - 1992	1995 - 2000	2002 - 2004
Continente	0,194	0,226	0,217
Distrito de Aveiro	-	0,270	0,248
Distrito de Braga	-	0,289	0,255
Distrito de Bragança	-	0,223	0,207
Distrito do Porto	-	0,270	0,248
Distrito de Viana do Castelo	-	0,220	0,209
Distrito de Vila Real	-	0,213	0,198
Distrito de Viseu	-	0,215	0,210
Região Norte	0,226	0,255	0,234

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

⁸ O INDISEC permite avaliar o grau de concentração que, face à unidade padrão, uma dada unidade territorial detém relativamente aos sectores da actividade económica. O índice varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de zero mais a estrutura sectorial da unidade territorial em análise é equivalente à estrutura da unidade padrão e quanto mais próximo de 1 mais especializado é o tecido produtivo em foco.



Saliente-se que apesar da menor especialização do tecido produtivo no último período em análise explicada pelo retrocesso de estabelecimentos do sector secundário, os distritos de Braga, Aveiro e Porto mantêm-se significativamente especializados no contexto da Região Norte (quadro 3).

Em suma, e tendo presente a evolução geral dos três sectores de actividade, o território português, e em particular a Região Norte, não encontram ao longo do período em análise qualquer vocação económica específica e consistente. A falta de especialização em sectores com “forte dinamismo da procura, elevado conteúdo de tecnologia e boas expectativas para o progresso tecnológico” é apontada como uma das debilidades da economia portuguesa (Mateus, 2003, p. 31).

A especialização sectorial dos estabelecimentos vai encontrar correspondência ao nível do emprego, medido através do número de pessoas ao serviço.

Centrando a nossa atenção nesta variável para o primeiro período em análise, de 1988 a 1992, destaca-se a importância na Região Norte do emprego no sector secundário. No sector dos serviços, observa-se a situação inversa: a Região Norte aparece sub-representada comparativamente ao continente (quadro 4).

Em ambos os territórios, a análise do coeficiente de variação demonstra que à propensão para o fraco crescimento do emprego no sector secundário (na ordem dos 8%), contrapõe-se o forte crescimento do mesmo no sector terciário (quadro 4), como nos indicavam já as taxas de crescimento de ambos os sectores no que se refere ao número de estabelecimentos entre 1988 e 1992 (quadro 1).

As actividades agrícola, silvicultura e pesca empregam um número residual de pessoas, porém este valor é ainda menor na Região Norte do que no continente. No entanto, o continente regista entre 1988 e 1992 um decréscimo de emprego neste sector, ao apresentar uma taxa de crescimento negativo.

Quadro 4
Pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo o sector
de actividade: 1988 - 1992

	N.º Médio	%	Δ a)
Continente			
Sector Primário	50.759	2,4	-4,9
Sector Secundário	1.156.629	54,9	7,5
Sector Terciário	897.514	42,6	22,2
Região Norte			
Sector Primário	6.346	0,8	2,6
Sector Secundário	571.956	69,7	7,6
Sector Terciário	242.661	29,6	20,1

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



A análise do ILS na óptica do emprego para a Região Norte neste período, o qual anteriormente ao ser aferido na óptica dos estabelecimentos demonstrou a concentração dos mesmos no sector secundário, justifica agora o volume expressivo de emprego na Indústria, Construção, Energia e Água (quadro F em anexo). É a Indústria Transformadora que supera expressivamente a média nacional de emprego afecto (1,333), com a *Indústria Têxtil, Vestuário e Couro* a assumir a posição cimeira neste subsector (1,976).

No seguimento do que se observou sobre os estabelecimentos afectos ao sector terciário neste período, são novamente os *Serviços Pessoais e Domésticos* que mantêm na Região Norte os valores mais significativos do emprego (0,825), não atingindo, no entanto, médias superiores às do continente.

Entre 1995 e 2000 confirmam-se as tendências anteriores em termos do volume de emprego afecto a cada sector, todavia, assiste-se a algumas alterações na sua evolução, como nos indica a leitura do quadro 5:

- o sector primário manifesta uma tendência residual de concentração de empregos. Não obstante, ao longo deste período não registou taxas de crescimento negativas, verificando-se uma propensão de crescimento do emprego superior na Região Norte comparativamente ao continente;
- a criação de emprego no sector terciário continua mais significativa na Região Norte, enquanto no continente se regista um crescimento de emprego quase idêntico entre o sector secundário e terciário;
- a taxa de crescimento do emprego no sector secundário é muito próxima em ambos os territórios.

Quadro 5
Pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo o sector de actividade

	1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Continente						
Sector Primário	46.878	2,0	16,0	52.171	1,9	-3,4
Sector Secundário	1.095.811	47,9	8,6	1.142.857	41,7	-3,2
Sector Terciário	1.144.274	50,0	10,9	1.545.483	56,4	7,4
Região Norte						
Sector Primário	10.451	1,0	20,1	12.759	1,1	8,1
Sector Secundário	638.890	61,9	9,0	640.050	55,1	-1,8
Sector Terciário	382.993	37,1	30,2	509.760	43,8	7,7

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Uma análise detalhada dos distritos da Região Norte, permite concluir que os distritos de Bragança e Vila Real são os que apresentam uma concentração mais significativa de pessoas empregadas no sector terciário, 60,2% e 54% respectivamente, apesar da constatada tendência para o crescimento do sector secundário em termos do número de estabelecimentos (quadro C



em anexo). Os distritos de Aveiro e Braga são os que registam maiores taxas de empregabilidade no sector secundário (71,3% e 74,7% respectivamente) e menores no sector terciário (27,5% e 24,8% respectivamente) (quadro G em anexo).

No seguimento desta análise, e observando novamente os índices de localização e de dispersão sectorial que anteriormente se utilizaram, corrobora-se o peso significativo de emprego no sector secundário nos distritos de Aveiro e Braga face à média continental (quadro H em anexo). No distrito de Aveiro, é mais expressivo o peso do emprego na *Indústria do Couro, Calçado e Similares* (4,634 no ILS), enquanto no distrito de Braga o da *Indústria Têxtil e do Vestuário* (4,226 no ILS). Acresce igualmente a predominância do emprego no sector terciário nos distritos de Bragança e Vila Real, que se faz sentir devido à importância dos serviços de *Saúde e Serviços Sociais* no primeiro (2,327 no ILS) do *Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e Domésticos* no segundo (1,427 no ILS) (quadro G em anexo).

O último período em análise, entre 2002 e 2004, reforça o pendor de criação de emprego no sector terciário tanto no continente como na Região Norte. Por seu turno, o sector secundário apresenta, pela primeira vez, taxas de crescimento negativas em ambos os territórios, -3,4 % no continente e -1,8% na Região Norte (quadro 5).

No entanto, o ILS confirma a sobre-representação do emprego no sector da *Indústria, Construção, Energia e Água* na Região Norte relativamente à média continental (1,320) (quadro I em anexo). Esta regularidade manifesta-se simultaneamente em todos os subsectores analisados, com excepção do subsector da *Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco* que exhibe, tal como para o número de estabelecimentos, valores menos expressivos face ao continente na absorção de mão-de-obra (0,969)

O retrocesso de emprego no sector secundário tem expressão neste período sobretudo nos distritos de Aveiro (- 4,7%) e Porto (-3%) (quadro G em anexo). Paradoxalmente à tendência geral, o sector primário regista um crescimento significativo do emprego na Região Norte comparativamente a outros sectores (8,1%), não obstante no continente registar uma taxa de crescimento negativa (-3,4%), como se pode constatar observando novamente o quadro 5.

Centrando a nossa atenção no coeficiente de industrialização transformadora (CIND)⁹ e no coeficiente de terciarização (CERVI)¹⁰, na óptica do emprego, para os ciclos temporais em foco, o gráfico seguinte sistematiza as tendências já enunciadas:

- relevância do subsector da indústria transformadora no emprego da Região Norte quando confrontado com o do continente, salvaguardando que, para ambos os territórios, essa importância tem vindo a diminuir. Em todos os distritos da Região Norte se observa uma

⁹ O CIND reflecte a percentagem do emprego na indústria transformadora no emprego total da região em análise.

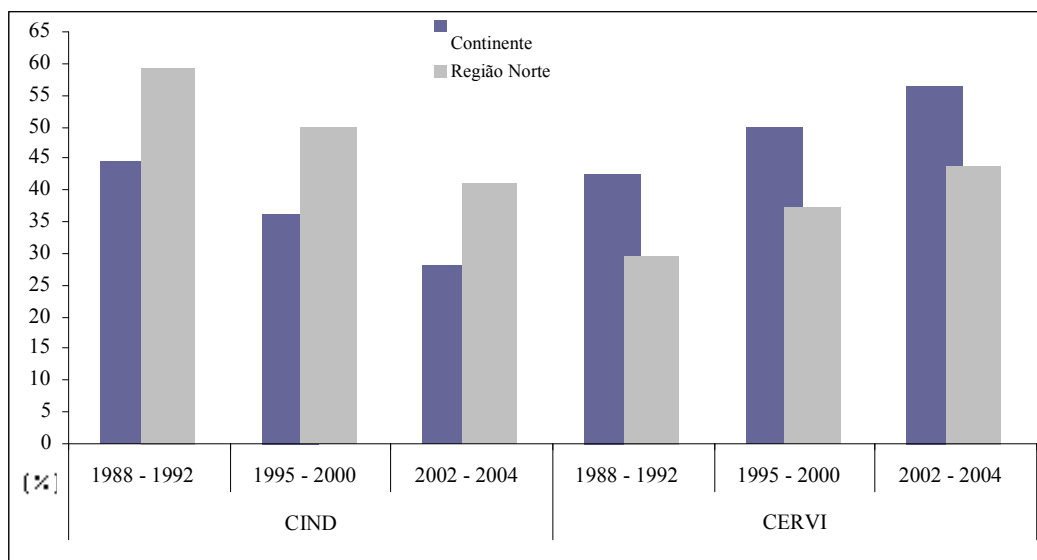
¹⁰ O CERVI reflecte a percentagem de emprego nos serviços no emprego total da região em análise.



tendência de diminuição do emprego na indústria transformadora, conservando a sua importância nos distritos de Aveiro e Braga, ainda que em declínio (quadro J em anexo);

- crescimento do emprego no sector dos serviços no continente e na Região Norte, com uma intensificação evolutiva idêntica nos dois territórios, o que contribui para atenuar a concentração sectorial do emprego no terciário no primeiro e na indústria transformadora na segunda aproxima os dois territórios. Saliente-se que os distritos de Bragança e Vila Real apresentam os maiores coeficientes de emprego terciário, tal como se verificava para o número de estabelecimentos (quadro J em anexo).

Gráfico 2
Coeficiente de industrialização transformadora (CIND) e de terciarização (CERVI)
na óptica do emprego



Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

A evolução sectorial do emprego no continente e na Região Norte ao longo das últimas décadas exhibe tendências comuns quanto ao grau de especialização, como se pode observar da análise do quadro 6 que nos apresenta o INDISEC¹¹, agora analisado na óptica do emprego. Verifica-se em ambos os territórios um aumento de emprego especializado entre as duas primeiras séries em análise, o qual a partir de 2002 manifesta uma quebra que resulta numa aproximação do perfil sectorial do emprego dos dois territórios.

A tendência da economia portuguesa para a terciarização nos últimos anos determina que o sector dos serviços seja o principal contribuinte para a criação de emprego na Região

¹¹ O INDISEC permite avaliar o grau de concentração do emprego que uma determinada unidade territorial detém relativamente aos sectores da actividade económica, tendo como base a comparação com uma unidade padrão. O índice varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de zero mais a estrutura do emprego da unidade territorial em questão é equivalente à estrutura da unidade padrão e quanto mais próximo de 1 mais especializado é o emprego relativamente à estrutura da unidade padrão em análise, neste caso o continente.



Norte à semelhança do que anteriormente já tinha vindo a acontecer em todo o território continental. O emprego criado reside em serviços de baixo valor acrescentado, particularmente no Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens Uso Pessoal e Doméstico, fracamente potenciadores do desenvolvimento económico sustentado da Região Norte (quadro I em anexo).

Quadro 6
Índice de especialização/diversificação sectorial (INDISEC)
na óptica do emprego

	1988 - 1992	1995 - 2000	2002 - 2004
Continente	0,210	0,242	0,211
Região Norte	0,444	0,338	0,278

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Da análise efectuada, vale a pena retomar a título de síntese, os seguintes vectores de permanência e transformação do perfil de especialização sectorial da Região Norte.

A manutenção da ausência de uma vocação económica forte e consistente na Região Norte, a qual é semelhante ao que se passa no continente. De facto, apesar da dispersão sectorial, o tecido empresarial nortenho continua a ser o mais especializado em estabelecimentos do sector secundário, sobretudo na indústria transformadora pouco competitiva e de baixo valor acrescentado: a *Indústria Têxtil e do Vestuário* e a *Indústria do Couro, Calçado e Similares*, sectores estes particularmente expostos à competitividade dos novos países industrializados a produzirem em situações de *dumping social*;

A mudança sectorial pauta-se pelo crescimento do sector terciário, quer em termos do número de estabelecimentos, quer do número de pessoas ao serviço. Todavia, ganha relevo sobretudo o terciário pouco qualificado, designadamente, os Serviços Pessoais e Domésticos e o *Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens Uso Pessoal e Doméstico*. Do ponto de vista territorial, os distritos de Aveiro e Braga são os que apresentam maior vocação industrial, ainda que em declínio, enquanto os distritos de Bragança e Vila Real apresentam a mais intensa vertente de terciarização.

A evolução sectorial dos estabelecimentos e do emprego descrita tende a aproximar a Região Norte do continente, ao caracterizar-se pela perda de peso da indústria em benefício dos serviços e pela ténue presença da agricultura, silvicultura e pescas que revela sempre uma tendência de declínio. Ponderadas as variáveis abordadas, convém notar que o primeiro e o segundo ciclos em análise remetem para um contexto de prosperidade e expansão do tecido empresarial, ainda que neste último já se denote uma evolução negativa dos indicadores analisados, o que se vem a reforçar na série mais actual em análise em que, quer o continente, quer a Região Norte, são marcados por um pendor regressivo de contracção do emprego e do número de estabelecimentos, com excepção do sector terciário. Interessa agora perceber as



características do tecido empresarial do ponto de vista da dimensão e antiguidade das empresas que o compõe, duas variáveis que, se relacionadas, podem ser entendidas como reveladoras do grau de amadurecimento do tecido produtivo, da capacidade de criação e manutenção de emprego, bem como de potencialização de ganhos de escala. Genericamente, e de uma forma sintética, as empresas de maior dimensão tendem a ser mais antigas dado que passaram por uma fase de crescimento e um ciclo de amadurecimento em que, provavelmente, tiveram necessidade de fortalecer a sua estrutura de pessoal e integrar recursos humanos para atingir inclusive ganhos de escala. Por seu turno, as empresas jovens são as mais recentemente fundadas e as mais pequenas, tendendo a permanecer, na sua fase de arranque, com um pequeno número de assalariados, que poderá, contudo, crescer à medida que vão evoluindo na sua antiguidade, indiciando este crescimento vitalidade no negócio e permanência no mercado.

Começando por abordar a variável dimensão das empresas medida pelo número de pessoas ao serviço, no ciclo temporal 1988-1992, verifica-se que, ao observar o quadro 7, as empresas com 9 ou menos trabalhadores tendem a dominar o tecido empresarial nacional e nortenho, estando as empresas de maior dimensão fracamente representadas.

Quadro 7
Empresas segundo a dimensão: 1988 – 1992

	N.º Médio	%	Δ a)
Continente			
Até 9 Pessoas	102.236	75,5	32,2
10 - 19 Pessoas	16.538	12,2	18,9
20 - 49 Pessoas	10.517	7,8	18,5
50 - 99 Pessoas	3.460	2,6	16,9
100 - 199 Pessoas	1.538	1,1	9,2
200 - 499 Pessoas	845	0,6	16,0
500 e Mais Pessoas	339	0,2	2,2
Região Norte			
Até 9 Pessoas	35.025	72,4	28,0
10 - 19 Pessoas	6.434	13,3	17,9
20 - 49 Pessoas	4.387	9,1	17,3
50 - 99 Pessoas	1.436	3,0	16,6
100 - 199 Pessoas	628	1,3	8,0
200 - 499 Pessoas	347	0,7	6,2

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Tendo em conta apenas o critério número de trabalhadores, a polarização empresarial entre um predomínio das micro-empresas e a escassez das empresas de pequena, média e grande



dimensão¹² é, ainda que tenuamente, mais visível no continente do que na Região Norte.

Apesar da Região Norte apresentar tendências gerais semelhantes ao continente, o seu tecido empresarial apresenta especificidades importantes ao concentrar maior número de empresas de maior dimensão. Com efeito, como se observa no quadro anterior, os valores relativos da Região Norte são sempre superiores aos do continente nas empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço. Em sentido inverso, e concentrando a nossa atenção na tendência de crescimento das micro-empresas, ilustrada pelo coeficiente de variação homólogo no período, a análise do quadro 7 mostra que o aumento destas é superior no continente relativamente à Região Norte, ainda que as diferenças não sejam significativas.

No período de 1995-2000, intensificam-se as características de polarização empresarial, tanto no continente como na Região Norte, à semelhança do que se passa no período 2002-2004, como nos indica o quadro seguinte:

Quadro 8
Empresas segundo a dimensão

	1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Continente						
Até 9 Pessoas	176.403	81,9	44,2	247.735	84,0	5,3
10 - 49 Pessoas	32.761	15,2	25,7	40.384	13,7	-3,0
50 - 99 Pessoas	3.619	1,7	13,4	3.941	1,3	8,7
100 - 499 Pessoas	2.322	1,1	8,8	2.455	0,8	6,8
500 e Mais Pessoas	296	0,1	8,9	310	0,1	9,0
Região Norte						
Até 9 Pessoas	71.721	79,6	46,4	101.021	82,5	7,5
10 - 49 Pessoas	15.489	17,2	25,7	18.416	15,0	-2,3
50 - 99 Pessoas	1.743	1,9	9,4	1.818	1,5	9,0
100 - 499 Pessoas	1.013	1,1	2,0	1.044	0,9	5,1
500 e Mais Pessoas	105	0,1	-1,9	91	0,1	0,0

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Ao determo-nos no período de 1995-2000, verifica-se que a tendência de crescimento do número de micro-empresas em ambos os territórios mantêm-se. Todavia, ao contrário do período anterior, na Região Norte a taxa de crescimento das mesmas é relativamente superior à do continente. Destaca-se que a subida das micro-empresas na Região Norte corresponde a um decréscimo, com taxas de negativas, das empresas de grande dimensão.

¹² A recomendação da Comissão Europeia 2003/ 361/CE, de 6 de Maio de 2003 define a seguinte tipologia empresas:

Categoria	Nº de trabalhadores	Volume de negócios	Balanço total
Média empresa	< 250	<= 50 Milhões de euros	<= 43 Milhões de euros
Pequena empresa	< 50	<= 10 Milhões de euros	<= 10 Milhões de euros
Micro-empresa	< 10	<= 2 Milhões de euros	<= 2 Milhões de euros

Por questões de simplificação analítica e dada ausência de informação para os dois últimos critérios referenciados na tabela acima exposta, adopta-se a definição europeia, ainda que tendo apenas em consideração o critério número de trabalhadores ao serviço.



Uma análise mais fina sobre os distritos da Região Norte, realça o distrito do Porto, o qual neste período exhibe o mais elevado número médio de micro-empresas (30.074). Os restantes distritos da Região Norte revelam um crescimento mais acentuado das micro-empresas, realçando-se o distrito de Braga (64,7%) (quadro K em anexo).

As empresas de grande dimensão apresentam taxas de crescimento negativas unicamente na Região Norte (-1,9%) (quadro 9). Ao nível local, os decréscimos verificados são mais intensos no distrito de Braga (-19,2%), porém os distritos de Viana do Castelo e do Porto apresentam uma orientação afim, com -12,5% e -5,9% respectivamente, sobretudo nas empresas com uma dimensão entre 100 a 499 trabalhadores (quadro K em anexo).

No período de 2002-2004 repete-se a tendência de polarização do tecido empresarial de ambas as regiões com um predomínio das micro-empresas e a escassez das empresas de pequena, média e grande dimensão.

No quadro K em anexo, percebemos que o distrito do Porto mantém o mais elevado número médio de micro-empresas da região Norte (41.432 num total de 101.021 em todos os distritos do Norte), destacando-se também pelo crescimento mais significativo das mesmas (10,4%), seguido do distrito de Vila Real (9,4%).

As empresas de pequena dimensão apresentam no território continental taxas negativas de crescimento (-3%), o que acontece igualmente na Região Norte, sobretudo nos distritos de Aveiro (-6,5%), Viseu (-4,8%) e Porto (-3%).

Nos distritos de Viseu e Aveiro verificam-se nesse período expressivos decréscimos de empresas com mais de 500 trabalhadores (-20% e -10,5% respectivamente), contribuindo para que no total de distritos da Região Norte se constate um valor nulo de crescimento de empresas de grande dimensão.

A leitura do gráfico 3 permite corroborar as tendências já apresentadas através da análise de medidas de síntese calculadas para os três períodos em análise, a saber: índice micro-empresarial (IME)¹³ e o índice de escala empresarial (IEE)¹⁴. Com efeito, observa-se no tecido produtivo do continente e da Região Norte uma propensão de crescimento do peso das micro-empresas, assim como de decréscimo das médias e grandes empresas.

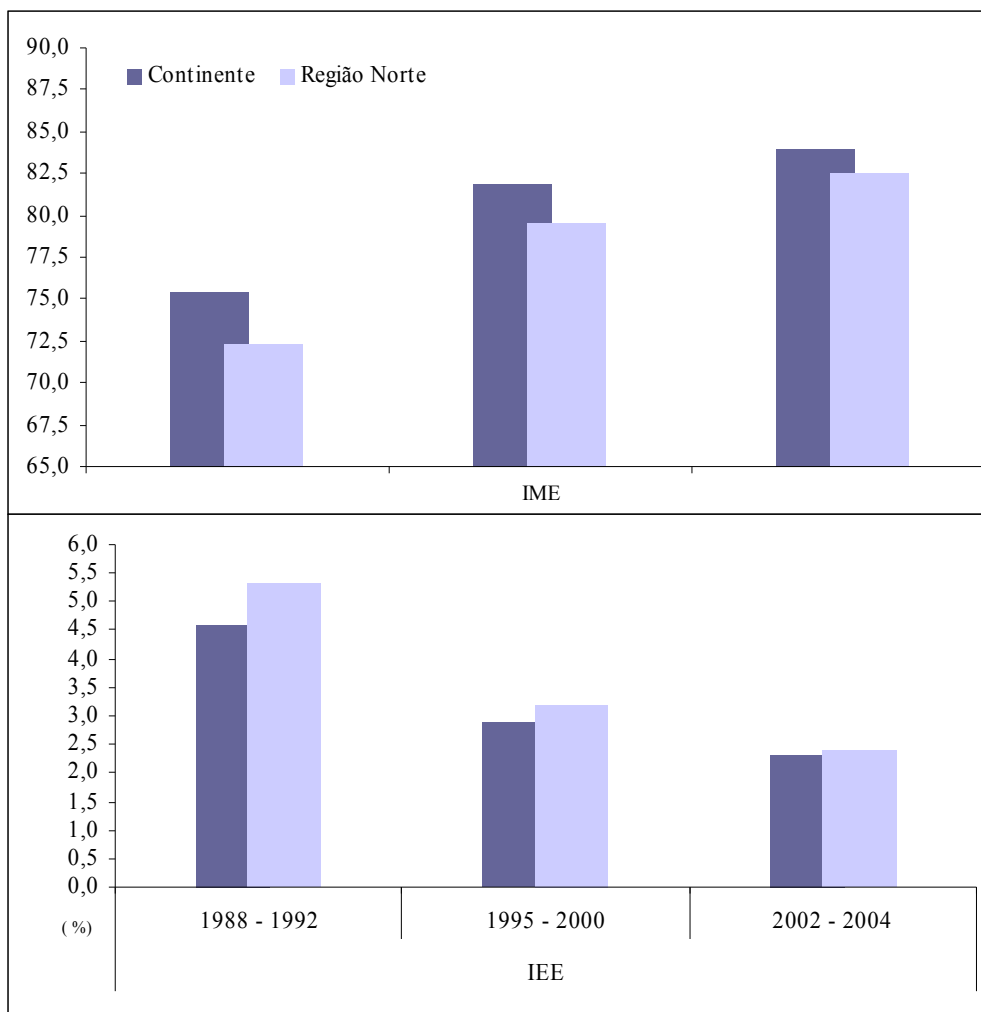
Ao longo dos três períodos, o peso médio das micro-empresas é continuamente mais expressivo no continente e das empresas de média e grande dimensão na Região Norte, tendendo estas dissemelhanças a atenuar-se e os dois territórios a evoluírem no mesmo sentido. Isto é, se no início do período em análise era mais expressivo o IEE na Região Norte e o IME no continente, no ciclo temporal mais actual as disparidades são bastante menores.

¹³ O IME reflecte o peso médio das micro-empresas no tecido produtivo no período em análise.

¹⁴ O IEE reflecte o peso médio das empresas de média e de grande dimensão no tecido produtivo no período em análise.



Gráfico 3
Índice micro-empresarial (IME) e índice de escala empresarial (IEE)



Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Na Região Norte, destaca-se um peso muito significativo de micro-empresas nos distritos trasmontanos de Bragança, Vila Real e também Viseu, com repercussões negativas no peso das médias e grandes empresas nesses distritos (quadro L em anexo).

A relação inversa evidencia-se nos distritos de Aveiro, Braga e Porto, que no período entre 1995 e 2004 apresentam um peso menos significativo de micro-empresas e valores relativamente mais intensos de médias e grandes empresas. No entanto, estas últimas exibem uma propensão para a queda, como é visível pela comparação do IEE entre os dois períodos em análise (quadro L em anexo). O distrito de Aveiro tem vindo sempre a assumir uma posição cimeira no peso das médias e grandes empresas no tecido produtivo da Região Norte, apesar de se verificar, neste distrito, um forte decréscimo nos últimos anos das empresas com mais de 500 trabalhadores, como se mencionou anteriormente (quadro L em anexo).

Deste modo, e tendo presente as especificidades temporais analisadas, podemos concluir no que respeita à dimensão das empresas no continente e na Região Norte e às



tendências de crescimento, existem muitas semelhanças em termos evolutivos, com a propensão de queda das empresas de maior dimensão e de subida das de menor tamanho em termos do número de pessoas ao serviço. Não obstante, vale a pena destacar a concentração na Região Norte do mais elevado número médio de empresas de maior dimensão do tecido económico nacional, particularmente nos distritos de Aveiro, Porto e Braga.

Têm sido vários os estudos que alertam para o facto de a fraca presença de empresas com alguma dimensão, associada ao baixo o perfil de especialização da economia portuguesa já por nós analisado, colocar um desafio sério a Portugal no que respeita à sustentabilidade do seu desenvolvimento económico (Conselho de Ministros, 2007). Ora, se por um lado, a Região Norte ao exibir a maior concentração de empresas de dimensão mais elevada, apresentaria em princípio vantagens, estas são controversas e incertas dada a sua incidência em sectores intensivos em mão-de-obra e fracamente competitivos. As empresas de maior dimensão traduzem-se frequentemente em estruturas empresarias tendencialmente rígidas e, por isso, mais expostas às crises conjunturais, bem como às tendências de deslocalização na procura de factores estáticos de competitividade, como sejam os baixos salários dos recursos humanos.

Por outro lado, a elevada proporção de micro-empresas, acima da média dos países desenvolvidos, sobretudo criadas em sectores de serviços de baixo valor acrescentado e, que, conseqüentemente, registam baixas taxas de sobrevivência e níveis de crescimento reduzidos, não têm um impacto significativo na reestruturação do tecido produtivo nem no crescimento económico e do emprego (Conselho de Ministros, 2007, p. 51). “A esta situação acresce uma elevada proporção de criação de empresas por motivo de necessidade, isto é, de escolha do auto-emprego motivada pela inexistência de alternativas profissionais apelativas. A importância em Portugal do empreendedorismo de necessidade – tipicamente menos inovador e registando menores taxas de crescimento – tende a gerar efeitos de médio e longo prazo sobre a competitividade e o emprego que se encontram abaixo do potencial evidenciado por outros países. O carácter limitado do empreendedorismo mais inovador, de oportunidade ou de base tecnológica, é especialmente evidente” (Conselho de Ministros, 2007, p. 51-52).

Seguindo esta linha de raciocínio, uma abordagem complementar à análise da dimensão das empresas medida pelo número de pessoas ao serviço pode ser feita por intermédio da variável antiguidade na medida em que elucida acerca do dinamismo empresarial analisado a partir das empresas com menos de 1 ano de antiguidade, bem como da própria robustez da sobrevivência das empresas no mercado, traço característico das empresas mais antigas que permanecem há mais tempo no tecido empresarial. Como afirma Simões “taxas de início de actividade altas e taxas de sobrevivência elevadas são características desejáveis” (Marques, 2004, p. 303). A interpretação do quadro 9 permite-nos acompanhar a evolução do tecido



empresarial em termos de longevidade entre as duas últimas séries em análise¹⁵.

Quadro 9¹⁶
Empresas segundo a antiguidade

	1995 – 2000			2002 – 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Continente						
Menos de 1 ano	9.034	4,2	73,6	16.072	5,5	-37,7
Entre 1 e 4 anos	50.991	23,7	58,1	84.526	28,7	6,7
Entre 5 e 9 anos	51.631	24,0	13,3	62.171	21,1	9,9
Entre 10 e 19 anos	55.505	25,8	77,5	79.291	26,9	11,0
Entre 20 e 49 anos	28.461	13,2	58,2	43.769	14,8	11,8
Com 50 e mais anos	4.288	2,0	16,5	5.007	1,7	9,5
Ignorado	15.491	7,2	-38,2	3.989	1,4	-71,9
Região Norte						
Menos de 1 ano	3.468	5,7	64,3	5.977	4,5	-32,0
Entre 1 e 4 anos	19.283	31,2	64,4	32.685	24,9	8,9
Entre 5 e 9 anos	18.489	21,2	12,0	22.218	23,9	12,8
Entre 10 e 19 anos	20.167	25,7	68,6	26.916	26,1	12,0
Entre 20 e 49 anos	8.854	13,7	67,7	14.348	11,4	13,8
Com 50 e mais anos	1.155	1,3	14,3	1.320	1,5	12,7
Ignorado	5.970	1,4	-28,3	1.460	7,7	-70,3

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

No período de 1995 a 2000, verifica-se que o tecido empresarial do continente e da Região Norte apresentam genericamente características idênticas. Em ambos os territórios, as empresas com uma antiguidade entre os 10 e os 19 anos são preponderantes e exibem as mais altas taxas de crescimento. É comum também o pendor de crescimento do número de empresas mais jovens (menos de 1 ano; entre 1 a 4 anos), bem como um valor menos significativo de incremento de empresas entre 5 e 9 anos e das que apresentam 50 e mais anos de existência.

Da observação do quadro 9, conclui-se, analogamente, que a Região Norte apesar de apresentar um maior número relativo de empresas mais jovens (menos de 1 ano; entre 1 a 4 anos), revela uma tendência de crescimento das mesmas ambivalente quando comparada com o continente. Isto é, confrontando o continente com a Região Norte, verifica-se que no primeiro o crescimento de empresas com menos de 1 ano de idade é mais intenso, enquanto na segunda sobrepõe-se o aumento de empresas com 1 a 4 anos de antiguidade, o que pode ser sinónimo de uma tendência mais forte de revitalização empresarial no continente e de uma maior capacidade de garantia da continuidade das empresas entretanto criadas na Região Norte. Com efeito, neste

¹⁵ A análise desta variável apenas está disponível nas estatísticas dos Quadros de Pessoal desde 1994 e, por isso, ao contrário das variáveis anteriores, a sua abordagem só contempla as duas últimas séries temporais em foco.

¹⁶ Este quadro apresenta valores elevados na categoria ignorados, o que significa um decréscimo da validade das interpretações dele retiradas. No entanto, é de salientar que no último período em análise aumentou substancialmente a qualidade no apuramento dos dados, uma vez que os valores da variável “ignorados” são significativamente inferiores.



caso particular, a Região Norte parece ter um desempenho mais sólido que o território continental.

Na mesma série, e para os distritos da Região Norte (quadro M em anexo), verifica-se que o Porto, Braga e Aveiro apresentam, respectivamente, o número mais significativo de empresas com menos de 1 ano de existência, o que indicia uma maior vitalidade do tecido empresarial destes distritos.

No período seguinte, entre 2002 e 2004, manifesta-se um aumento do número de empresas para os diferentes escalões de antiguidade, com excepção das empresas a operar há menos de 1 ano. É assim nítido o menor dinamismo empresarial, uma vez que as empresas com menos de 1 ano de actividade manifestam taxas de crescimento negativas, tanto no continente como na Região Norte, como nos indica a leitura do quadro 9. O decréscimo das empresas mais jovens, aponta para uma ausência de revitalização do tecido económico e um cenário negativo ao nível da criação de emprego, que é, no entanto, pior no continente do que na Região Norte, apesar de ser desfavorável em ambas as regiões.

Na Região Norte, são sobretudo os distritos de Braga (-44%), de Aveiro (-41,1%) e Viseu (-44,1%) que apresentam as mais significativas taxas de crescimento negativo nas empresas com menos de um ano de actividade, apesar de todos os outros distritos da Região Norte revelarem esta mesma tendência (quadro M em anexo).

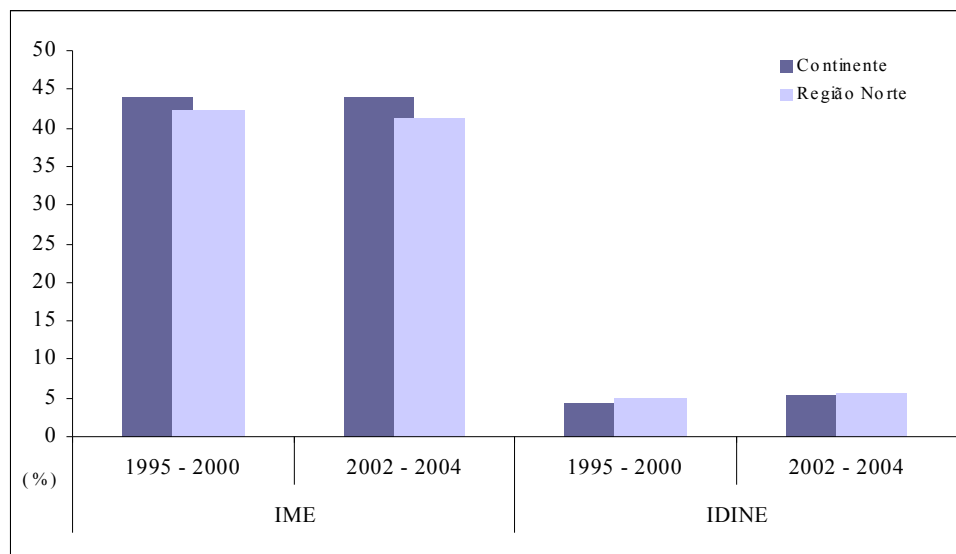
A evolução entre os dois períodos em análise no que respeita ao dinamismo e amadurecimento empresarial, aferido pelo índice de dinamismo empresarial (IDINE)¹⁷ e pelo índice de amadurecimento empresarial (IME)¹⁸, está patente no gráfico 4. Com efeito, o IDINE demonstra que, quer no continente, quer na Região Norte, tem sido relativamente fraca a proporção de novas empresas criadas no total de empresas existentes, sendo, no entanto, a Região Norte é ligeiramente mais dinâmica do que o território continental. Entre os dois períodos abordados, os distritos de Braga e Viseu manifestaram a maior vitalidade do tecido empresarial. É de salientar ainda o distrito de Bragança pelo desempenho evolutivo positivo manifestado na criação de empresas entre os dois períodos em análise (quadro N em anexo).

¹⁷ O IDINE reflecte uma proporção aproximada de novas empresas com menos de um ano de actividade no universo total de empresas no período em análise.

¹⁸ O IME reflecte o peso médio das empresas com dez e mais anos de antiguidade no universo total de empresas no período em análise.



Gráfico 4
Índice de dinamismo empresarial (IDINE) e índice de amadurecimento empresarial (IME)



Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Retendo a atenção no IME, verifica-se que as empresas com mais de 10 anos têm um peso médio ligeiramente mais significativo no continente do que na Região Norte, a qual perde mesmo nos últimos anos em termos da consolidação empresarial. Para isso terá contribuído de sobremaneira, designadamente, os distritos de Braga, Viseu e Porto (quadro N em anexo).

O distrito de Braga manifesta uma posição ambivalente com uma dupla faceta de criação versus mortalidade empresarial. Assim sendo, a maior vitalidade do tecido empresarial nortenho nem sempre nos garante a consolidação das empresas no mercado. No entanto, serão os distritos de Bragança e Vila Real que mais terão contribuído entre os dois períodos, para o amadurecimento empresarial, ao mesmo tempo que aumentaram o dinamismo das suas estruturas empresariais.

Em suma, pode concluir-se um traço de transformação num sentido involutivo para a Região Norte, bem como para o Continente no domínio da criação e vitalidade do tecido empresarial. O decréscimo das empresas mais jovens (com 4 ou menos anos de actividade), bem como uma diminuição relativa da proporção de novas empresas criadas no total de empresas existentes entre os dois ciclos em análise revela um fraco dinamismo empresarial. Este aponta para uma ausência de revitalização do tecido económico e um cenário negativo ao nível da criação de emprego, que é, no entanto, mais penalizante no continente do que na Região Norte, apesar de ser desfavorável em ambas as regiões.

Verifica-se que as empresas mais antigas (com mais de 10 anos), e, em princípio, mais consolidadas no mercado têm vindo a diminuir em termos do ritmo de crescimento, que na Região Norte, sem, no entanto, exibirem um pendor negativo de evolução. No mesmo sentido, a consolidação empresarial tem-se relevado mais significativa no continente do que na Região



Norte, a qual perde mesmo na última série em termos da solidez do tecido empresarial. Reitera-se o pressuposto de que só a conjugação entre as duas dinâmicas de criação de empresas e sobrevivência das existentes é capaz de contribuir para o desenvolvimento da Região. Ora, a Região Norte não garante estas duas condições. Acresce ainda que no caso do indicador positivo de dinamismo empresarial, este pode estar associado ao designado empreendedorismo de necessidade, associado a situações de resolução da escassez de empregos na Região Norte, e , genericamente menos inovador e menos potenciador de emprego e competitividade a médio e longo prazos.

3. Os recursos humanos assalariados: perfil demográfico e qualificacional

Caracterizada a estrutura empresarial do ponto de vista do perfil de especialização produtiva, importa reter a atenção nos recursos humanos que a integram, analisando o seu perfil demográfico e qualificacional¹⁹. Por razões de coerência entre as variáveis que serão analisadas, optou-se por ter como referencial analítico os trabalhadores por conta de outrem (TPCO). Exclui-se desta interpretação o perfil das pessoas ao serviço detentoras de capital económico, o que representando uma ínfima parte dos recursos humanos, não introduz variações significativas na análise proposta. Porém, a validade das interpretações apresentadas neste ponto é, de alguma forma, pouco robusta dado os elevados valores assumidos pela categoria “ignorados” para a maioria das variáveis analisadas, ainda que a qualidade do apuramento dos dados venha a ser significativamente melhorada à medida que se analisam as séries temporais mais recentes. No que se refere aos períodos em análise, a primeira série não contempla o ano de 1990, devido à indisponibilidade de dados.

A feminização do emprego intensifica-se em Portugal a partir de meados da década de 70 do século XX. Com efeito, a leitura do quadro 10 demonstra uma tendência de crescimento comum do número de TPCO de ambos os sexos, no continente e na Região Norte, ao longo das séries em foco, sendo o pendor de feminização dos TPCO um traço forte do tecido económico empresarial nortenho e nacional.

¹⁹ As variáveis utilizadas apresentam para as três séries em análise uma categorização uniforme, pois tratam-se de apuramentos não publicados expressamente realizados para este trabalho, ao contrário, do ponto anterior. Deste modo, do ponto de vista da edição, as três séries são apresentadas integradas num único quadro.



Quadro 10
Trabalhadores por conta de outrem segundo o sexo

	Região Norte			Continente		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
1988 - 1992						
HM	770.952	100,0	12,5	1.991.844	100,0	10,3
H	460.699	59,8	8,1	1.245.578	62,5	4,1
M	310.253	40,2	19,3	746.266	37,5	21,5
1995-2000						
HM	817.897	100,0	15,0	2.148.130	100,0	19,2
H	468.265	57,3	13,0	1.234.571	57,5	14,4
M	349.632	42,7	17,8	913.559	42,5	26,2
2002 -2004						
HM	911.768	100,0	4,5	2.514.520	100,0	4,6
H	518.985	56,9	3,9	1.420.426	56,5	3,4
M	392.783	43,1	5,3	1.094.094	43,5	6,3

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Entre 2002 e 2004, o território continental atinge os 2.514.520 activos assalariados, dos quais quase 1 milhão (36%) se encontra a trabalhar na Região Norte. Os trabalhadores do sexo masculino não perderam hegemonia como força de trabalho, porém têm vindo a perder relevância no total de TPCO. Por seu lado, a mão-de-obra feminina apresenta ao longo dos ciclos em análise uma forte tendência de crescimento, como se constata pela observação das coeficiente de variação no quadro 10. A este propósito, vale a pena salientar que as taxas de crescimento da feminização dos recursos humanos são ligeiramente inferiores na Região Norte, quando confrontadas com as do continente. Vários serão os factores que estarão a contribuir para um crescimento mais lento da taxa de feminização dos TPCO da Região norte relativamente ao território continental, entre os quais salientamos as elevadas taxas de desemprego que tem assolado a Região, bem como o fechamento e deslocalização de empresas de mão-de-obra intensiva feminina nos sectores tradicionais de actividade, o que tende a reforçar a tendência de segregação da mulher no mercado de trabalho. “Tendencialmente, a taxa de desemprego feminina é sempre superior à masculina (normalmente 15 a 20% superior)” e em períodos de crise económica intensifica-se a diferenciação (Barreto, 2005, p. 147).

A análise regional mais fina permite-nos reforçar as observações anteriores (quadro O em anexo). Com efeito, em quase todos os distritos nortenhos se regista ao longo das últimas décadas a diminuição do peso percentual dos trabalhadores de sexo masculino face ao total de TPCO, com o distrito de Aveiro a apresentar uma taxa negativa de crescimento (-0,2%), entre 2002 e 2004. De facto, este distrito regista uma inversão mais acentuada na tendência geral de quebra da força de trabalho masculina, enquanto a taxa de TPCO feminina mantém o pendore de crescimento. O distrito de Braga é aquele que manifesta menor evolução no sentido de equiparação de género das taxas de TPCO na medida em que os valores de partida eram muito próximos, isto é, o peso da mão-de-obra feminina para a primeira série em análise é análogo à



série mais recente, o que estará associado à forte presença da indústria têxtil e vestuário neste território (quadro O em anexo).

Deslocando o enfoque para a análise etária dos TPCO, observa-se, no quadro 11, que, ao longo das séries em análise, o número de trabalhadores com 24 ou menos anos tem vindo a diminuir na Região Norte, tendência igualmente verificável no continente, atingindo no último ciclo em foco, de 2002 e 2004, em ambos os territórios, taxas de crescimento negativas. Esta característica deve-se a uma conjugação de factores que vêm ganhando força na sociedade portuguesa a partir do último quartel do século XX, entre os quais se destaca: a fixação da escolaridade obrigatória em 9 anos em 1986; o crescente prolongamento dos estudos da população juvenil e a permanência alongada na escola, com uma intensificação da frequência do ensino superior; um maior controlo, bem como desaprovação social do trabalho infantil. Resulta daqui um certo envelhecimento da mão-de-obra e uma melhoria dos níveis de formação escolar dos assalariados activos, como teremos oportunidade de constatar adiante.

Quadro 11
Trabalhadores por conta de outrem segundo o grupo etário

	Região Norte			Continente		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
1988 - 1992						
24 ou menos anos	222.239	28,8	2,8	441.496	22,5	9,1
Entre 25 e 44 anos	386.459	50,1	11,5	995.150	50,8	9,6
Entre 45 e 64 anos	128.179	16,6	10,1	426.800	21,8	11,2
65 ou mais anos	4.825	0,6	21,4	17.067	0,9	19,5
Ignorado	29.250	3,8	223,5	78.923	4,0	238,0
1995-2000						
24 ou menos anos	174.566	21,3	-6,0	391.872	18,2	5,6
Entre 25 e 44 anos	458.281	56,0	21,4	1.178.240	54,8	24,6
Entre 45 e 64 anos	159.450	19,5	28,7	505.938	23,6	25,1
65 ou mais anos	3.696	0,5	22,1	15.321	0,7	33,4
Ignorado	21.905	2,7	-29,6	56.759	2,6	-40,3
2002 -2004						
24 ou menos anos	144.846	15,9	-9,6	347.924	13,8	-9,9
Entre 25 e 44 anos	549.499	60,3	6,1	1.499.307	59,6	6,6
Entre 45 e 64 anos	209.948	23,0	13,4	638.640	25,4	10,4
65 ou mais anos	4.636	0,5	13,7	20.874	0,8	12,9
Ignorado	2.839	0,3	-80,9	7.776	0,3	-76,1

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Vale a pena atender à especificidade dos distritos da Região Norte (quadro P em anexo). Sublinha-se o distrito de Vila Real como o único distrito onde não se verificaram até 2004 taxas de crescimento negativas do número de trabalhadores por conta de outrem com 24 ou menos anos. Com efeito, o número médio de TPCO deste grupo etário tem vindo até a aumentar ao longo das últimas décadas em contra-tendência com o que se constata para o continente, o que



contudo não parece estar directamente associado ao abandono precoce da escola. Com efeito, o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar revela que apesar de, entre 1991 e 2001, se ter verificado uma melhoria da taxa de abandono escolar, a Região Norte exhibe sempre valores superiores à média nacional, sem que, no entanto, a região de Alto Trás-os-Montes apresente uma incidência mais acentuada. Pelo contrário, o Tâmega e o Douro exibem taxas de abandono escolar mais elevadas, respectivamente 6,2% e 4,5% contra 4,0% de Alto Trás-os-Montes (ME/MSST, 2004)

Em ambos os territórios e nos três períodos em análise o grupo etário dominante entre os TPCO situa-se entre os 25 e os 44 anos (quadro 11), registando-se esta regularidade em todos os distritos da Região Norte (quadro P em anexo). Porém, o tecido económico empresarial da Região Norte é globalmente integrado por mão-de-obra mais jovem na medida em que exhibe sempre menor a quantidade de TPCO com 45 e mais anos de idade do que o continente. Aliás, o facto da população da Região Norte ser uma das mais jovens da Europa, é apontado como uma das maiores riquezas da região (Comunidades Europeias, 1998, p. 4). E esta afirmação não é alheia à melhoria dos níveis de qualificação escolar e profissional dos TPCO da Região Norte. Com efeito, convém notar que, globalmente, os TPCO integrados no tecido empresarial nortenho conseguem, na última série em foco, ultrapassar a clivagem qualificacional (escolar e profissional) que os afastava do continente no primeiro período em análise, exibindo, desempenhos qualificacionais melhores que o território continental. Vejamos de forma mais pormenorizada os contornos desta tendência.

Detendo a atenção na evolução das qualificações escolares, os níveis de escolaridade dos TPCO registam ao longo dos três ciclos evoluções relevantes, não obstante os baixos níveis educacionais e, sobretudo, a detenção do 1.º ciclo manter-se como o nível mais significativo de escolaridade concluído pelos activos por conta de outrem na Região Norte, tendência aliás homóloga à constatada para o continente, como indica o quadro 12. A dinâmica do mercado de trabalho nortenho resultante de um tecido económico vulnerável porque alicerçado em factores básicos de competitividade, particularmente na procura de mão-de-obra intensiva mal remunerada e sem requisitos escolares, não tem contribuído para a valorização da educação como factor de empregabilidade, ainda que esta regularidade esteja por via de condicionantes diversas em transformação.



Quadro 12
Trabalhadores por conta de outrem segundo o grau de habilitação escolar

	Região Norte			Continente		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
1988 - 1992						
Sem Instrução	40.611	2,1	-19,8	109.509	5,6	-22,6
1º Ciclo	417.818	21,3	-4,5	954.272	48,7	-1,6
2º Ciclo	156.174	8,0	48,1	353.201	18,0	38,1
3º Ciclo	69.171	3,5	27,1	248.826	12,7	25,0
Ensino Secundário	41.081	2,1	56,4	149.295	7,6	63,7
Ensino Superior	15.706	0,8	38,1	63.869	3,3	39,9
Ignorado	30.392	1,6	89,2	80.464	4,1	73,8
1995-2000						
Sem Instrução	20.601	2,5	-22,3	53.777	2,5	-20,3
1º Ciclo	336.743	41,2	-8,1	789.244	36,7	-4,9
2º Ciclo	224.645	27,5	23,6	474.895	22,1	23,5
3º Ciclo	97.944	12,0	54,0	325.771	15,2	41,7
Ensino Secundário	90.269	11,0	60,1	323.529	15,1	58,4
Ensino Superior	34.629	4,2	81,6	136.738	6,4	79,0
Ignorado	13.066	1,6	-20,2	44.176	2,1	-17,3
2002 -2004						
Sem Instrução	18.166	2,0	-5,8	53.647	2,1	-3,7
1º Ciclo	280.798	30,8	-5,2	694.911	27,6	-5,1
2º Ciclo	253.862	27,8	6,3	547.004	21,8	6,2
3º Ciclo	158.996	17,4	22,1	486.977	19,4	17,8
Ensino Secundário	125.510	13,8	15,9	450.745	17,9	13,8
Ensino Superior	62.589	6,9	23,3	238.184	9,5	21,1
Ignorado	11.848	1,3	-85,9	43.052	1,7	-76,6

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

O quadro acima apresenta os dados do reconhecido défice de escolarização portuguesa, o qual se encontra em franco retrocesso nas séries em análise. Com efeito, verifica-se um decréscimo significativo de TPCO menos escolarizados (sem escolarização alguma e com o 1.º ciclo) na Região Norte, acompanhando idêntica tendência do continente. Além disso, destaca-se, ao longo dos dois últimos ciclos, uma aproximação dos valores percentuais dos TPCO detentores do 2.º ciclo dos do 1.º ciclo, o qual é ainda, como referimos anteriormente, o nível de escolaridade mais comum entre TPCO portugueses.

Deste modo, a Região Norte reproduz a tendência geral do país no que se refere à qualificação escolar. Apresenta a partir de 1995 contingentes relativos mais elevados do que o continente no que se refere ao TPCO com o 2.º ciclo e contingentes relativos próximos no que respeita ao 3.º ciclo. As clivagens com o continente acentuam-se à medida que avançamos na escala dos níveis de escolaridades, particularmente no ensino secundário e superior, em que a Região Norte apresenta um perfil de qualificações escolares deficitário.

Particularizando territorialmente, o distrito de Viana do Castelo, destaca-se na Região Norte (quadro P em anexo), como o distrito que ao longo dos três períodos exibe um peso percentual de TPCO com menores taxas de escolaridade ao nível do 1.º ciclo. É o distrito que



apresenta melhores desempenhos escolares ao nível dos diplomados do 1.º ciclo ao integrar um maior número de activos por conta de outrem titulares do 2.º ciclo do que de titulares do 1.º ciclo. Com efeito, a partir de 1995, inverte-se a regularidade de sobre-representação dos detentores do 1.º ciclo face aos do 2.º, tendência que não se regista até 2002 em qualquer dos outros distritos nortenhos. Em oposição, os distritos de Vila Real, Viseu e Braga apresentam os valores mais significativos de sub-qualificação escolar da sua população activa por conta de outrem. Porém, o distrito de Braga diferencia-se positivamente no último período em foco ao exhibir melhorias significativas, que se concretizam, designadamente, na detenção de um número ligeiramente mais elevado de activos com o 2.º ciclo do que com o 1.º ciclo (quadro Q em anexo).

Apesar do investimento das últimas décadas na elevação dos níveis de educação formal em Portugal, o défice que a Região Norte ainda apresenta constringe o modelo de desenvolvimento económico regional, bem como a sua inserção na economia do conhecimento e da inovação. “Esta situação, que é influenciada e directamente influencia o padrão de especialização produtiva, tem consequências negativas importantes na organização, capacidade de gestão e eficiência de segmentos importantes do tecido económico” (Conselho de Ministros, 2007, p. 43). Centrando a atenção na qualificação profissional foram duas as variáveis inventariadas para a análise: a estrutura dos níveis de qualificação (ENQ) segundo a nomenclatura nacional de 1978²⁰; a classificação nacional das profissões (CNP) segundo a nomenclatura nacional de 1994. No que se refere à ENQ dos TPCO, as interpretações propostas devem ser encaradas a título meramente indicativo e com prudência dado o excessivo valor registado na categoria *ignorado* (quadro 13), que permanece com elevadas frequências ao longo das séries estudadas, ao contrário do que acontece para as restantes variáveis.

A observação do quadro 13 revela que na Região Norte, tal como no continente, são os *profissionais qualificados* que ao longo dos três períodos em foco agregam o maior número de trabalhadores, seguindo-se os *profissionais semi-qualificados*. Para ambas as regiões, por um lado, são os *quadros médios e superiores* que apresentam as taxas de crescimento mais intensas e, por outro, os *praticantes e aprendizes* são os que exibem maior retrocesso. Genericamente, existe, para os três períodos, uma disparidade qualificacional entre o tecido empresarial da Região Norte e o continente, em que o primeiro é menos qualificado que o segundo, ainda que se trate de uma divergência em declínio e atenuação. Vejamos:

- os *quadros superiores e médios* são sempre superiores no continente, constatando-se a mesma propensão no que se refere aos *encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa e profissionais altamente qualificados*;

²⁰ Decreto-lei n.º 121 / 78 de 2 de Junho.



- os *profissionais qualificados e semi-qualificados* estão mais presentes na Região Norte, a qual se sobrepõe nestes perfis qualificacionais ao continente, regularidade igualmente verificável para os *praticantes e aprendizes*;
- inversamente, a Região Norte apresenta menor incidência de *profissionais não qualificados* do que o continente.

Quadro 13
Trabalhadores por conta de outrem segundo a estrutura dos níveis de qualificação

	Região Norte			Continente		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
1988 - 1992						
Quadros Superiores	9.816	1,3	36,9	40.035	2,0	34,0
Quadros Médios	10.242	1,3	47,3	37.346	1,9	50,8
Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa Profissionais	26.400	3,4	26,7	77.914	4,0	26,1
Altamente Qualificados	20.157	2,6	25,9	78.532	4,0	24,4
Profissionais Qualificados	307.449	39,9	17,0	761.027	38,8	16,1
Profissionais Semiquualificados	161.399	20,9	9,4	358.241	18,3	5,7
Profissionais Não Qualificados	73.010	9,5	5,4	221.944	11,3	11,7
Praticantes e Aprendizes	114.444	14,8	-5,2	227.445	11,6	4,3
Ignorado	48.036	6,2	27,6	156.953	8,0	20,3
1995 - 2000						
Quadros Superiores	22.950	2,8	91,8	88.811	4,1	84,0
Quadros Médios	18.290	2,2	15,8	67.784	3,2	13,8
Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa Profissionais	29.519	3,6	10,8	82.823	3,9	11,3
Altamente Qualificados	31.805	3,9	27,8	124.176	5,8	31,6
Profissionais Qualificados	379.838	46,4	16,8	936.951	43,6	18,3
Profissionais Semiquualificados	157.678	19,3	7,8	359.853	16,8	12,1
Profissionais Não Qualificados	87.529	10,7	25,5	277.074	12,9	29,5
Praticantes e Aprendizes	78.265	9,6	-1,7	168.485	7,8	4,9
Ignorado	12.024	1,5	-19,2	42.172	2,0	-8,1
2002 - 2004						
Quadros Superiores	40.100	4,4	31,1	140.626	5,6	21,1
Quadros Médios	28.807	3,2	35,0	101.606	4,0	24,7
Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa Profissionais	33.425	3,7	8,2	93.510	3,7	6,3
Altamente Qualificados	40.881	4,5	9,3	161.207	6,4	6,7
Profissionais Qualificados	414.676	45,5	0,9	1.061.290	42,2	-0,6
Profissionais Semiquualificados	167.981	18,4	3,6	400.877	15,9	5,8
Profissionais Não Qualificados	98.599	10,8	7,8	328.304	13,1	5,8
Praticantes e Aprendizes	62.483	6,9	-15,1	144.955	5,8	-14,0
Ignorado	24.816	2,7	34,3	82.145	3,3	52,5

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Constata-se um declínio da integração de praticantes e aprendizes no tecido empresarial de ambos territórios ao longo dos ciclos em análise. Tal pode ser sinónimo de um tecido empresarial fechado à contratação de novos trabalhadores e ao desempenho de funções formativas, papel este insubstituível na vertente prática de transmissão de saberes.



Uma abordagem mais detalhada da Região Norte (quadro R em anexo) corrobora em quase todos os distritos nortenhos as tendências anteriormente referidas. O distrito de Bragança é marcado por duas contratendências, a saber: aumento no número de TPCO *praticantes e aprendizes*, não exibindo no último período a regularidade da taxa de crescimento negativo, muito pelo contrário, aumenta cerca de 10%; apresenta ao longo do período um número mais elevado de *profissionais não qualificados* do que *profissionais semi-qualificados*, ao contrário dos restantes distritos.

O distrito de Bragança ao agregar estas duas particularidades, isto é, a relevância dos praticantes e aprendizes e dos profissionais não qualificados, poderá ter encontrado nestes níveis qualificacionais o suporte para o desenvolvimento das novas actividades do tecido empresarial, nomeadamente no sector terciário desqualificado (como constatamos no ponto 2 deste capítulo) onde os mais jovens iniciam as suas carreiras na base mais baixa da hierarquia qualificacional.

A análise das qualificações profissionais por via da CNP, patente no quadro 14 confirma o défice de qualificações profissionais na Região Norte para os três períodos em análise, bem como a sua propensão de melhoria. A Região Norte apresenta uma incidência relativa de TPCO sempre inferior nos grupos profissionais hierarquicamente superiores (de A e E), invertendo-se, por sua vez, esta tendência nos grupos da base da hierarquia profissional (G a I). Especializada no sector secundário, o grupo profissional mais relevante é o dos *Operários de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores Similares*.

O tecido industrial nortenho não encontra base de sustentação em termos dos grupos profissionais hierarquicamente mais elevados e mais qualificados, designadamente os grupos do *Pessoal de Profissões Científicas, Técnicas e dos Directores e Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa*, nem mesmo em termos dos grupos intermédios do *Pessoal Administrativo e Trabalhadores Similares*, bem como *Pessoal do Comércio e Vendedores*. Podemos concluir que o tecido empresarial integra particularmente mão-de-obra directa, manifestando deficiências nos domínios estratégicos capazes de criar maior valor acrescentado, nomeadamente nas áreas da administração e gestão, concepção, investigação e desenvolvimento, *marketing* e comercialização.

À semelhança do continente, na Região Norte o grupo profissional menos relevante é o que está associado ao sector primário, *Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas*, uma vez que, nas últimas décadas, o sector tem vindo a perder importância como actividade económica (quadro 14).

A tendência de terciarização da economia portuguesa esboçada entre 1988 e 1992, assumem um crescimento significativo em ambos os territórios nos dois ciclos seguintes, ainda que mais forte no continente do que na Região Norte, estando associada ao correlativo crescimento do *Pessoal dos Serviços e Vendedores*, do *Pessoal Administrativo e Similares* e dos *Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio* (quadro 14).



Quadro 14

Trabalhadores por conta de outrem segundo o grupo profissional

	1988 - 1992			1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Continente									
A	29.032	1,5	37,6	58.741	2,7	7,4	81.465	3,3	46,5
B	27.554	1,4	47,2	58.088	2,7	64,1	118.749	4,8	18,4
C	313.431	16,0	13,4	190.940	8,9	34,4	240.280	9,6	6,7
D	116.357	5,9	25,4	313.175	14,7	23,2	368.924	14,8	5,6
E	163.402	8,3	27,7	267.624	12,5	40,1	391.142	15,7	15,4
F	33.650	1,7	10,3	35.558	1,7	19,2	38.773	1,6	-4,8
G	303.920	15,5	8,4	508.482	23,8	18,4	600.130	24,0	4,0
H	237.703	12,1	11,1	249.184	11,7	11,3	281.488	11,3	3,6
I	334.389	17,1	10,3	303.734	14,2	21,7	350.969	14,1	2,2
J	399.721	20,4	13,3	150.639	7,1	-27,6	24.461	1,0	-52,4
Região Norte									
A	8.412	1,1	46,1	18.109	1,9	10,3	28.825	2,7	62,7
B	7.119	0,9	51,7	21.199	2,2	63,0	36.956	3,5	22,1
C	97.748	12,7	12,2	64.008	6,7	37,7	83.006	7,8	8,4
D	32.706	4,2	24,1	118.139	12,4	23,4	138.314	13,1	4,0
E	40.674	5,3	28,9	88.548	9,3	42,4	131.302	12,4	16,8
F	4.665	0,6	15,2	8.409	0,9	21,4	10.214	1,0	5,6
G	171.024	22,2	9,9	301.783	31,7	18,1	346.012	32,7	6,7
H	110.888	14,4	15,7	124.922	13,1	11,9	141.512	13,4	4,3
I	130.604	16,9	8,4	127.421	13,4	16,2	131.815	12,4	-3,0
J	166.838	21,6	8,4	80.642	8,5	-26,9	11.156	1,1	-31,1

Legenda:

A – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa.

B – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.

C – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.

D – Pessoal Administrativo e Similares.

E – Pessoal dos Serviços e Vendedores.

F – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas.

G – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares.

H – Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem.

I – Trabalhadores Não Qualificados.

J – Trabalhadores Sem Profissão Atribuída.

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*

Atendendo às taxas de crescimento por grupo profissional verificadas no primeiro ciclo em foco, poderia concluir-se pela melhoria da estrutura profissional dos TPCO na Região Norte. Porém a observação dos ciclos de análise seguintes não autoriza uma perspectiva otimista.

Observando os dois ciclos seguintes confirmam-se as tendências já apontadas para ambos os territórios, saindo reforçado:

- o avanço dos grupos profissionais mais qualificados, exibindo taxas de crescimento intensas dos *Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa* e dos *Especialistas das Profissões Intelectuais e Científica* no período mais recente em análise, sendo que apesar das taxas de crescimento destes grupos profissionais ser mais favorável na Região Norte, não é suficientemente forte para ultrapassar o fosso qualificacional;
- o declínio das profissões ligadas ao sector primário, contudo sem se verificarem na Região Norte decréscimos acentuados, ao contrário do que acontece no continente em que, para 2002-



2004, regista uma taxa de crescimento negativa dos profissionais *Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas*;

- a permanência do crescimento dos grupos profissionais ligados à terciarização da economia, no período de 1995-2000, quer na continuidade com o período anterior no que se refere ao *Pessoal dos Serviços e Vendedores*, quer com um avanço mais notável dos *Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio*, quer mantendo a tendência de crescimento do *Pessoal Administrativo e Similares*, ainda que para as três categorias em questão se manifeste um abrandamento considerável no último período em análise.

Os resultados da interpretação do índice de localização profissional (ILP)²¹ patente no quadro seguinte permite-nos corroborar a expressividade na Região Norte dos grupos profissionais afectos ao sector secundário face à média continental, *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares e Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem*. Destaca-se igualmente a superioridade assumida no período entre 1995 e 2000 face ao continente pelos *Profissionais Intelectuais e Científicos*, que, no entanto, conhece um retrocesso no último período em análise, revelando novamente um retrocesso na estrutura profissional do tecido empresarial. Fica confirmado da análise do quadro 15 o défice qualificacional da Região Norte face ao continente para os grupos profissionais capazes de acrescentar mais valor à actividade empresarial, a saber: *Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; Pessoal dos Serviços e Vendedores*.

Quadro 15
Índice de localização profissional (ILP) do total dos distritos da Região Norte face a Portugal

	1995-2000	2002-2004
A - Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e	0,702	0,829
B - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1,707	0,733
C - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,762	0,815
D - Pessoal Administrativo e Similares	0,859	0,884
E - Pessoal dos Serviços e Vendedores	0,752	0,792
F - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	0,538	0,622
G - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1,350	1,360
H - Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da	1,141	1,186
I - Trabalhadores Não Qualificados	0,956	0,886

Nota: a) Coeficiente de variação.

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

A análise regional do índice acima referido (quadro S em anexo) para os dois últimos períodos em análise, destaca a sobre-representatividade:

²¹ Este índice possibilita a comparação da representatividade de um grupo profissional numa determinada unidade territorial face a uma outra unidade padrão. Os valores variam entre 0 e infinito, em que para valores superiores a 1 indicia uma expressão superior à da unidade padrão, que no caso em análise é a média do Continente.



- no distrito do Porto dos profissionais *Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas*, contudo, em retrocesso no último período em análise, aliás seguindo a tendência já referida para a Região Norte;
- nos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu do grupo dos *Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas*;
- nos distritos de Braga, Aveiro e Viana do Castelo do grupo profissional dos *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares*, ao qual se junta nos dois primeiros a sobre-representatividade dos *Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem*.

Vale a pena referir ainda a importância assumida pelo ILP do *Pessoal dos Serviços e Vendedores* no distrito de Bragança explicada pela forte terciarização nele verificada.

Saliente-se ainda que no período de 1995 a 2000 se regista uma tendência positiva comum em todos os distritos da Região Norte de sobre-representatividade face ao continente dos *Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas* (quadro 15), a qual retrocede no período seguinte, assumindo um pendor de sub-representatividade, com consequências negativas para a Região. Igualmente regular é a sub-representatividade dos *Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio* em todos os distritos da Região. A este propósito refira-se que este grupo profissional que desempenha funções predominantemente técnicas e especializadas nos diferentes ramos de actividade científico, artístico e técnico, sem que sejam genericamente detentores de uma formação superior, mas de diplomas de nível intermédio, configura-se como o grupo mais inovador das profissões em Portugal. Ora, este grupo de importância basilar para o fortalecimento qualificacional do tecido empresarial, apesar de se encontrar em crescimento na Região Norte, continua a ser deficitário relativamente ao continente.

A especialização da Região Norte no sector secundário depende sobretudo de grupos profissionais desqualificados e não encontra correspondência em termos de grupos hierarquicamente mais elevados e mais qualificados, o que fragiliza a sua afirmação enquanto força económica nacional.

4. Considerações finais

4.1. A permanência de um perfil de especialização sectorial, de dinamismo e consolidação empresarial frágil

O padrão de especialização sectorial da Região Norte, mantém, globalmente nas três séries em análise (1988-1992; 1995-2000; 2002-2004), uma tendência para a reprodução das suas características, com excepções que tendem a posicionar-se quer como emergentes e pouco



consolidadas quer como desfavoráveis em termos dos impactos para o desenvolvimento territorial da região.

A ausência de uma vocação económica específica e consistente na Região Norte, aliás comum ao continente, não abona em favor do desenvolvimento económico regional. A estrutura e dinâmica empresariais caracterizam por uma fraca concentração empresarial conjugada com um tecido de pequenas empresas (Marques, 2004, p. 209). A presença da indústria na Região Norte começa a partir do século XXI a perder importância em benefício do crescimento do sector terciário, tendência de mudança que se faz sentir igualmente no domínio do emprego em que se intensifica o terciário pouco qualificado, designadamente, *os Serviços Pessoais e Domésticos e o Comércio por Grosso, a Retalho e a Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos*, bem como *Bens Uso Pessoal e Doméstico*.

Trata-se, contudo, de um tecido empresarial dominado por estabelecimentos do sector secundário, sobretudo da indústria transformadora pouco competitiva, a *Indústria Têxtil e do Vestuário* e a *Indústria do Couro, Calçado e Similares*, sectores estes particularmente expostos a dois factores de risco: “por um lado, são ameaçados por uma dinâmica de procura à escala mundial estagnada ou mesmo em recessão; são, por outro lado, objecto de forte concorrência por parte de economias emergentes, que baseiam a sua competitividade em custos de produção (designadamente na remuneração do trabalho) dificilmente conciliáveis com o modelo social que vigora no espaço europeu” (Conselho de Ministros, 2007, p. 48).

A evolução sectorial dos estabelecimentos e do emprego tende a aproximar a Região Norte do continente, devido à perda de peso da indústria em benefício dos serviços e pela ténue presença da agricultura, silvicultura e pescas que revela sempre em regressão.

Uma outra semelhança em termos evolutivos entre a Região Norte e o território continental diz respeito à dimensão das empresas em termos do número de pessoas ao serviço, a qual se consubstancia na propensão de queda das empresas de maior dimensão e de subida das micro-empresas. Não obstante, vale a pena destacar a concentração na Região Norte do mais elevado número médio de empresas de maior dimensão do tecido económico nacional. Têm sido vários os estudos que alertam para o facto da fraca presença de empresas com alguma dimensão, não só na indústria, mas também nos serviços, associada ao baixo o perfil de especialização da economia portuguesa, colocar um desafio sério a Portugal no que respeita à sustentabilidade do seu desenvolvimento económico (Conselho de Ministros, 2007).

Por um lado, a Região Norte ao exibir a maior concentração de empresas de dimensão mais elevada, apresentaria em princípio vantagens relativamente ao Continente. Todavia, a sua incidência em sectores intensivos em mão-de-obra e fracamente competitivos, propensos a soluções de deslocalização na procura de factores estáticos de competitividade, como sejam os baixos salários dos recursos humanos, não abonam a favor da região. Por outro lado, a elevada proporção de micro-empresas que emerge mais recentemente concentra-se no sector dos



serviços de baixo valor acrescentado. Estas tendem a registar baixas taxas de sobrevivência e níveis de crescimento reduzidos, não tendo um impacto significativo na reestruturação do tecido produtivo nem no crescimento económico e do emprego (Conselho de Ministros, 2007, p. 51).

Num registo igualmente involutivo encontra-se a criação e vitalidade do tecido empresarial da Região Norte (bem como para o Continente). O decréscimo das empresas com 4 ou menos anos de actividade) associada à diminuição relativa da proporção de novas empresas criadas no total de empresas existentes entre os dois últimos ciclos em análise revela um decréscimo do dinamismo empresarial. Este aponta para uma ausência de revitalização do tecido económico e um cenário negativo ao nível da criação de emprego.

A diminuição em termos do ritmo de crescimento das empresas mais antigas (com mais de 10 anos), que, em princípio, seriam as mais consolidadas no mercado reforça o pendor regressivo de consolidação empresarial. Reitera-se o pressuposto de que só a conjugação entre as duas dinâmicas de criação de empresas e sobrevivência das existentes é capaz de contribuir para o desenvolvimento da Região. A capacidade de empreendedorismo só pode ser avaliada através da “capacidade de criar empresas, mas sobretudo a partir do talento de as manter em funcionamento” (Marques, 2004, p. 306) É importante criar empresas, mas igualmente conseguir que elas sobrevivam. Ora, a Região Norte não garante estas condições.

Tudo ponderado para as diferentes variáveis em análise, convém salientar que o primeiro e o segundo ciclos, isto é, de 1988 até 2000, remetem para um contexto de prosperidade e expansão do tecido empresarial, ainda que neste último já se denote uma evolução negativa dos indicadores analisados, o que se vem a reforçar-se na série mais actual, de 2002 a 2004, em que se acentua o pendor regressivo do modelo de desenvolvimento nortenho, tendência análoga à do continente.

4.2. A mudança rumo dos padrões nacionais do perfil da mão-de-obra assalariada

A feminização dos assalariados é um traço forte de mudança do tecido económico empresarial nortenho e nacional. Não deixa contudo de ser relevante que as taxas de crescimento da feminização dos trabalhadores assalariados sejam ligeiramente inferiores na Região Norte, quando confrontadas com as do continente.

O número de trabalhadores com 24 anos ou menos tem vindo a diminuir na Região Norte, tendência igualmente verificável no continente, atingindo no último ciclo em foco, de 2002 e 2004, em ambos os territórios, taxas de crescimento negativas. Esta característica deve-se a uma conjugação de factores que vêm ganhando força na sociedade portuguesa a partir do último quartel do século XX, entre os quais se destaca: a fixação da escolaridade obrigatória em 9 anos em 1986; o crescente prolongamento dos estudos da população juvenil e a permanência alongada na escola, com uma intensificação da frequência do ensino superior; um maior



controlo, bem como desaprovação social do trabalho infantil. Resulta daqui um certo envelhecimento da mão-de-obra assalariada e uma melhoria dos níveis de qualificação escolar dos assalariados activos. Repare-se, no entanto, que o tecido económico empresarial da Região Norte é globalmente integrado por mão-de-obra mais jovem na medida em que exhibe sempre menor a quantidade de TPCO com 45 e mais anos de idade do que o continente. Aliás, o facto da população da Região Norte ser uma das mais jovens da Europa, tem sido apontado como uma das maiores riquezas da região.

Os níveis de escolaridade dos TPCO registam ao longo dos três ciclos em análise evoluções relevantes, não obstante os baixos níveis educacionais e, sobretudo, a detenção do 1.º ciclo manter-se como o nível mais significativo de escolaridade concluído pelos activos por conta de outrem na Região Norte, tendência aliás homóloga à constatada para o continente

Deste modo, a Região Norte reproduz a tendência geral do país no que se refere à qualificação escolar. As clivagens com o continente acentuam-se à medida que avançamos na escala dos níveis de escolaridades, particularmente no ensino secundário e superior, em que a Região Norte apresenta um perfil de qualificações escolares deficitário.

O défice educacional encontra correspondência com o défice qualificacional.

Genericamente, para os três períodos, uma disparidade qualificacional entre o tecido empresarial da Região Norte e o continente, em que o primeiro é menos qualificado que o segundo, ainda que se trate de uma divergência em declínio e atenuação.

Se, por um lado, os *quadros superiores e médios* são sempre superiores no continente, constatando-se a mesma propensão no que se refere aos *encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa* e *profissionais altamente qualificados*; por outro, os *profissionais qualificados e semi-qualificados* estão mais presentes na Região Norte, a qual se sobrepõe ao continente, regularidade igualmente verificável para os *praticantes e aprendizes*. Uma particularidade da Região Norte é o facto de apresentar menor incidência de *profissionais não qualificados* do que o continente.

O défice de qualificações profissionais na Região Norte para os três períodos em análise, bem como a sua propensão de melhoria é igualmente corroborado a partir da análise da CNP. A Região Norte apresenta uma incidência relativa de TPCO sempre inferior nos grupos profissionais hierarquicamente superiores, invertendo-se, por sua vez, esta tendência nos grupos da base da hierarquia profissional. Especializada no sector secundário, o grupo profissional mais relevante é o dos *Operários de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores Similares*.

O tecido empresarial nortenho não encontra base de sustentação em termos dos grupos profissionais hierarquicamente mais elevados e mais qualificados, designadamente os grupos do *Pessoal de Profissões Intelectuais, Científicas e Técnicas* e dos *Directores e Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa*, nem mesmo em termos dos grupos intermédios do *Pessoal Administrativo e Trabalhadores*



Similares, bem como *Pessoal do Comércio e Vendedores*. Podemos concluir que o tecido empresarial integra particularmente mão-de-obra directa, manifestando deficiências nos domínios estratégicos capazes de criar maior valor acrescentado, nomeadamente nas áreas da administração e gestão, concepção, investigação e desenvolvimento, *marketing* e vendas.

Saliente-se a este propósito um retrocesso grave no último período em análise, marcado pela sub-representatividade dos *Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio* em toda a Região Norte. Tratam-se de grupos profissionais que desempenham funções qualificadas, predominantemente nas áreas da investigação e desenvolvimento, da concepção e criação e outras áreas técnicas e especializadas nos diferentes ramos de actividade científico, artístico e técnico, configurando-se como grupos capaz de criar valor acrescentado pelas actividades que desenvolvem.

4.3. Na encruzilhada das fragilidades dos perfis de especialização sectorial e da mão-de-obra

As reflexões que se seguem são meramente indicativas na medida em que a sua fundamentação se baseia numa abordagem efectuada a partir da análise de uma fonte secundária marcada por um conjunto de restrições, nomeadamente a elevada incidência de informação ignorada, bem como num conjunto muito limitado de variáveis. Devem ser entendidas como pistas de reflexão, mais do que recomendações.

Na encruzilhada das fragilidades dos perfis de especialização sectorial e da mão-de-obra estão os níveis de formação escolar e profissional dos recursos humanos. É neste domínio que se devem centrar as prioridades, porém alicerçadas em práticas sérias e rigorosas.

Tem sido reiteradamente afirmada a relação virtuosa entre o desenvolvimento económico e tecnológico e o desenvolvimento do capital humano. Esta constatação foi corroborada recentemente por Tessaring e Wannan (2004) que, sustentados por dados provenientes de diversas investigações, concluem sobre as seguintes tendências desta relação: i) a 1% de aumento da escolaridade corresponde 1% a 3% do crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*; ii) cada ano de alargamento do nível secundário de educação/formação fará crescer em 1% o crescimento económico; iii) o aumento em 1% dos níveis globais de literacia da população poderá ampliar em cerca de 2,5% a produtividade e de 1,5% o PIB. Com efeito, a relação entre os níveis de formação escolar e profissional e a produtividade não é inequívoca no sentido em que não se trata de uma relação causal simples e directa, havendo que considerar todo um outro conjunto de variáveis, nomeadamente sectoriais que a condicionam. Todavia, são indicadores importantes na avaliação dos recursos humanos da região (Marques, 2004, p. 294).

Sendo assim, é razoável admitir que apesar do investimento das últimas décadas na elevação dos níveis de educação formal e de qualificação profissional em Portugal, o défice que



a Região Norte apresenta nesta dimensão, constrange o modelo de desenvolvimento económico regional, bem como a sua inserção na economia do conhecimento e da inovação. “Esta situação, que é influenciada e directamente influencia o padrão de especialização produtiva, tem consequências negativas importantes na organização, capacidade de gestão e eficiência de segmentos importantes do tecido económico” (Conselho de Ministros, 2007, p. 43).

Considerando que a especialização em sectores tradicionais não é em si mesma negativa, propõe-se uma opção por uma especialização inovadora que, para além da dimensão produtiva, o tecido empresarial integre a vertente comercial da marca e da proximidade ao cliente, da concepção e design, do controlo da distribuição e venda e da inovação tecnológica. Os riscos da Região Norte em permanecer unicamente vocacionada para a área produtiva são elevadíssimos, não tendo qualquer poder de arrastamento, nomeadamente, ao nível dos serviços qualificados às empresas. O desenvolvimento dos serviços intangíveis às empresas, nas vertentes do que se designa pela economia do conhecimento e da inovação e, permitiria fortalecer os clusters dos sectores tradicionais. Paralelamente, poderia constituir um segmento de actividade promissor e potenciador, quer do ponto de vista da criação de emprego no âmbito das micro-estruturas empresariais para as quais a Região mostra maior apetência, quer no domínio da melhoria do padrão de especialização produtiva nortenho na dupla vertente da competitividade empresarial e da relação salarial.

Deste modo, sugere-se que a política industrial promova o empreendedorismo responsável em serviços complementares aos *clusters* tradicionais junto das empresas e com as empresas. O objectivo é conciliar com as mesmas estratégias de inovação comerciais, gestionárias, organizacionais e tecnológicas nas dimensões acima enumeradas, recusando uma linha tradicional de injeção de capitais em empresas com graves dificuldades de criarem internamente as actividades de valor acrescentado. É nossa convicção que neste percurso, politicamente adiado, muitas empresas desaparecerão e outras reforçarão a sua capacidade competitiva pela integração de serviços criadores de valor.

Um das alternativas, será dirigir o esforço, a montante, para a formação avançada de recursos humanos, com o duplo objectivo de i) capacitar os recursos humanos regionais para fornecerem às empresas tradicionais os serviços competitivos que elas são incapazes de promover autónoma e endogenamente, ii) apoiar o empreendedorismo neste tipo de cluster, integrando nos currículos escolares e, desde o primeiro ciclo, actividades e disciplinas capazes de potenciar o espírito empreendedor responsável. Este conceito de responsabilidade empresarial é indispensável numa região onde, entre outros factores, a igualdade de género é cada vez mais premente, dadas as elevadas taxas de actividade das trabalhadoras por conta de outrem e as práticas de discriminação a que estão sujeitas, designadamente em termos salários e de contratação.



A formação dos dirigentes empresariais pouco qualificados é uma necessidade eternamente adiada. A criação de programas específicos de qualificação e certificação dos dirigentes, incentivando a sua participação através da oferta de um conjunto de benefícios, entre os quais, a consultoria especializada para a profissionalização da organização nas áreas-chave enumeradas, acesso a crédito bancário, entre outros, parece ser igualmente determinante.

A promoção da relação entre o sistema de ensino e formação e as empresas, particularmente na formação avançada de recursos humanos, mas não exclusivamente, potenciará a dinamização e consolidação do tecido empresarial e a sua capacidade de sobreviver no mercado cada vez mais competitivo. Este objectivo poderia ser despoletado por parte da política de educação-formação, de modo a exigir uma resposta activa por parte do tecido empresarial. A proposta orienta-se para incentivar as escolas, em geral, e o ensino superior, em particular, a promover um investimento sério em, por um lado, formação de dirigentes empresariais e, por outro lado, em estágios e provas de mestrado e doutoramento orientados para as necessidades diagnosticadas nas empresas, procurando-as nas empresas parceiros activos para este empreendimento. Nesta perspectiva, apostasse no sistema de ensino e formação como motor do desenvolvimento económico e como força activa para despoletar novas necessidades no tecido empresarial, nomeadamente pela introdução de novas áreas de actuação, bem como de uma nova ética empresarial.

Esta parece ser uma via que, associada necessariamente a outras, poderá permitir através da qualificação e da capacitação dos recursos humanos colmatar as fragilidades do padrão de especialização produtivo e reorientá-lo numa nova direcção, afastada dos factores básicos de competitividade que tradicionalmente o caracterizam.



ANEXOS



Quadro A

Índice de localização sectorial (ILS) da Região Norte, na óptica empresarial 1988-1992

	ILS
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,316
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,386
2.1 - Indústria Transformadora	1,501
2.1.1 - Indústria da Alimentação, Bebidas e Tabaco	0,866
2.1.2 - Indústria Têxtil, Vestuário e Couro	2,229
2.1.3 - Indústria da Madeira e da Cortiça	1,770
2.1.4 - Fabricação de Produtos Metálicos, Máquinas, Equipamentos e Material de Transporte	1,163
2.2 - Construção	1,148
3 - Serviços	0,851
3.1 - Comércio, Restaurantes e Hotéis	0,856
3.1.1 - Restaurantes e Hotéis	0,752
3.2 - Serviços Prestados à Colectividade, Sociais e Pessoais	0,860
3.2.1 - Serviços Sociais	0,775
3.2.2 - Serviços Pessoais e Domésticos	0,955

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Quadro B

Estabelecimentos segundo o sector de actividade por distrito da Região Norte

	1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º	%	Δ a)	N.º	%	Δ a)
Distrito de Aveiro						
Sector Primário	314	1,8	39,6	437	1,9	9,2
Sector Secundário	7.213	42,3	27,3	8.662	38,1	-4,5
Sector Terciário	9.543	55,9	47,6	13.625	60,0	9,5
Distrito de Braga						
Sector Primário	264	1,3	72,5	485	1,7	17,4
Sector Secundário	9.699	48,1	51,3	12.398	43,2	-1,4
Sector Terciário	10.212	50,6	55,7	15.833	55,1	12,1
Distrito de Bragança						
Sector Primário	89	3,5	64,7	136	3,7	14,4
Sector Secundário	670	26,3	67,8	995	26,8	1,7
Sector Terciário	1.787	70,2	50,1	2.579	69,5	11,6
Distrito do Porto						
Sector Primário	355	0,8	62,8	640	1,1	19,9
Sector Secundário	15.908	36,2	29,2	18.937	32,7	0,3
Sector Terciário	27.711	63	37	38.303	66,2	12,9
Distrito de Viana do						
Sector Primário	149	2,5	29,9	239	3	28,6
Sector Secundário	2.149	35,4	39,4	2.669	33,6	0,6
Sector Terciário	3.767	62,1	38,1	5.032	63,4	10,7
Distrito de Vila Real						
Sector Primário	160	4,2	72,5	275	5,1	31,1
Sector Secundário	989	26,2	50,7	1.428	26,5	7,8
Sector Terciário	2.628	69,6	45,4	3.683	68,4	9,8
Distrito de Viseu						
Sector Primário	353	4,6	47,8	541	4,9	11,2
Sector Secundário	2.552	33,4	47	3.501	32	0,5
Sector Terciário	4.726	61,9	54,5	6.912	63,1	5,7

Nota: a) Coeficiente de variação

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro C
Índice de localização sectorial (ILS) da Região Norte, na óptica empresarial

	ILS	
	1995-2000	2002-2004
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,477	0,604
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,336	1,247
2.1 - Indústria Transformadora	1,473	1,444
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,023	0,983
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	2,081	2,148
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	2,160	2,199
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	1,481	1,501
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,289	1,273
2.2 - Construção	1,143	1,045
3 - Serviços	0,883	0,916
3.1 - Serviços Comerciais	0,888	0,918
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,948	0,993
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e Domésticos	0,847	0,943
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,793	0,822
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,816	0,893
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,845	0,888
3.2.2 - Ensino	0,809	0,892
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,818	0,893

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Quadro D
Índices de localização e de dispersão sectorial, na óptica empresarial, por distrito da Região Norte

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito de Aveiro				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,530	18,78	0,579	15,91
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,462	18,50	1,343	17,83
2.1 - Indústria Transformadora	1,748	20,06	1,731	19,85
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,200	19,81	1,112	18,72
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,611	4,97	0,590	4,55
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	6,595	51,59	6,565	49,43
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	3,720	42,44	3,588	39,58
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,973	25,86	2,083	27,10
2.2 - Construção	1,057	15,62	0,954	15,11
3 - Serviços	0,826	15,80	0,878	15,85
3.1 - Serviços Comerciais	0,833	15,85	0,884	15,93
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,905	16,12	0,972	16,19
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,814	16,55	0,874	15,34
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,732	15,60	0,778	15,68
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,724	14,97	0,803	14,91
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,882	17,67	1,021	19,04
3.2.2 - Ensino	0,685	14,29	0,736	13,66
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,733	15,13	0,812	15,07

(Continua)



Quadro D
Índices de localização e de dispersão sectorial, na óptica empresarial, por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito de Braga				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,375	15,62	0,509	17,62
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,660	24,70	1,521	25,51
2.1 - Indústria Transformadora	2,012	27,16	1,940	28,09
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	0,877	17,03	0,843	17,94
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	5,869	56,07	5,988	58,31
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	1,425	13,12	1,421	13,51
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	1,001	13,44	1,139	15,87
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,166	17,98	1,138	18,71
2.2 - Construção	1,156	20,11	1,104	22,09
3 - Serviços	0,749	16,87	0,807	18,42
3.1 - Serviços Comerciais	0,754	16,88	0,812	18,48
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,848	17,78	0,916	19,30
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,810	19,35	0,858	19,02
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,651	16,32	0,693	17,65
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,682	16,62	0,751	17,59
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,541	12,66	0,595	14,01
3.2.2 - Ensino	0,626	15,39	0,698	16,35
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,705	17,14	0,774	18,12
Distrito de Bragança				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,004	5,28	1,106	4,95
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	0,903	1,70	0,945	2,05
2.1 - Indústria Transformadora	0,672	1,14	0,716	1,34
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,602	3,93	1,671	4,59
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,144	0,17	0,159	0,20
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,031	0,04	0,015	0,02
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	1,185	2,01	1,276	2,30
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,123	2,19	1,099	2,33
2.2 - Construção	1,190	2,61	1,146	2,96
3 - Serviços	1,041	2,96	1,018	3,00
3.1 - Serviços Comerciais	1,033	2,92	1,009	2,97
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	1,091	2,89	1,05	2,86
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	1,088	3,28	1,075	3,08
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,998	3,16	1,079	3,55
3.2 - Serviços Não Comerciais	1,161	3,56	1,125	3,40
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,959	2,90	2,073	6,31
3.2.2 - Ensino	0,932	2,88	0,916	2,77
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	1,246	3,82	1,141	3,45

(continua)



Quadro D
Índices de localização e de dispersão sectorial, na óptica empresarial, por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito do Porto				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,230	20,95	0,332	23,21
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,247	40,59	1,153	38,97
2.1 - Indústria Transformadora	1,415	41,78	1,379	40,23
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	0,867	36,82	0,868	37,18
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	1,615	33,75	1,630	31,99
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	1,708	34,37	1,882	36,08
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0,807	23,71	0,867	24,35
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,191	40,15	1,122	37,15
2.2 - Construção	1,021	38,82	0,929	37,47
3 - Serviços	0,934	45,95	0,969	44,54
3.1 - Serviços Comerciais	0,939	45,98	0,969	44,46
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,985	45,19	1,026	43,51
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,833	42,51	0,945	42,22
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,786	43,07	0,827	42,44
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,856	45,59	0,967	45,65
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,693	35,73	0,656	31,13
3.2.2 - Ensino	0,930	49,98	1,070	50,51
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,835	44,36	0,952	44,95
Distrito de Viana do Castelo				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,709	8,95	0,906	8,67
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,222	5,49	1,184	5,49
2.1 - Indústria Transformadora	0,941	3,84	0,946	3,79
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,041	6,11	0,861	5,06
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	1,154	3,33	1,184	3,19
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,156	0,43	0,226	0,59
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	2,156	8,74	2,088	8,04
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	0,894	4,17	0,971	4,41
2.2 - Construção	1,606	8,44	1,401	7,75
3 - Serviços	0,920	6,26	0,928	5,85
3.1 - Serviços Comerciais	0,925	6,26	0,928	5,84
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,941	5,96	0,993	5,78
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,946	6,48	1,128	6,92
3.1.2 - Alojamento e Restauração	1,089	8,25	1,038	7,31
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,843	6,20	0,930	6,02
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	1,868	13,30	1,759	11,45
3.2.2 - Ensino	0,618	4,59	0,819	5,31
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,895	6,57	0,921	5,97

(continua)



Quadro D
Índices de localização e de dispersão sectorial, na óptica empresarial, por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito de Vila Real				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,209	9,43	1,536	9,97
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	0,902	2,52	0,934	2,94
2.1 - Indústria Transformadora	0,664	1,68	0,715	1,94
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,662	6,06	1,525	6,08
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,135	0,24	0,173	0,32
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,095	0,16	0,081	0,14
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0,951	2,40	0,979	2,56
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	0,968	2,80	0,971	2,99
2.2 - Construção	1,180	3,85	1,070	4,02
3 - Serviços	1,031	4,36	1,002	4,28
3.1 - Serviços Comerciais	1,036	4,35	1,005	4,29
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	1,061	4,18	1,066	4,21
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,975	4,19	1,146	4,76
3.1.2 - Alojamento e Restauração	1,177	5,53	1,094	5,22
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,964	4,41	0,953	4,19
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	1,720	7,56	1,448	6,40
3.2.2 - Ensino	1,167	5,38	1,050	4,62
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,878	4,00	0,900	3,95
Distrito de Viseu				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,330	20,99	1,488	19,68
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,156	6,51	1,126	7,21
2.1 - Indústria Transformadora	0,847	4,33	0,861	4,76
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,393	10,24	1,284	10,42
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,405	1,46	0,388	1,44
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,083	0,29	0,059	0,22
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	1,432	7,27	1,373	7,30
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,174	6,85	1,165	7,31
2.2 - Construção	1,606	10,56	1,387	10,59
3 - Serviços	0,916	7,81	0,924	8,05
3.1 - Serviços Comerciais	0,915	7,75	0,924	8,03
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,993	7,88	1,015	8,16
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,879	7,65	1,023	8,66
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,851	8,07	0,840	8,16
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,937	8,64	0,922	8,24
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	1,141	10,19	1,299	11,66
3.2.2 - Ensino	0,805	7,50	0,757	6,78
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,976	8,98	0,951	8,50

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro E
Coeficiente de industrialização transformadora (CIND) e coeficiente de terceirização (CERVI) por distrito da Região Norte, na óptica empresarial

	1988 – 1992		1995 – 2000		2002 - 2004	
	CIND	CERVI	CIND	CERVI	CIND	CERVI
Distrito de Aveiro	-	-	30,0	55,9	24,9	60,0
Distrito de Braga	-	-	34,5	50,6	27,8	55,1
Distrito de Bragança	-	-	11,6	70,2	10,3	69,5
Distrito do Porto	-	-	24,3	63,0	19,8	66,2
Distrito de Viana do Castelo	-	-	16,2	62,1	13,6	63,4
Distrito de Vila Real	-	-	11,4	69,6	10,3	68,4
Distrito de Viseu	-	-	14,5	61,9	12,4	63,1

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Quadro F
Índice de localização sectorial (ILS) da Região Norte, na óptica do emprego 1988-1992

	ILS
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,321
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,268
2.1 - Indústria Transformadora	1,333
2.1.1 - Indústria da Alimentação, Bebidas e Tabaco	0,796
2.1.2 - Indústria Têxtil, Vestuário e Couro	1,976
2.1.3 - Indústria da Madeira e da Cortiça	1,439
2.1.4 - Fabricação de Produtos Metálicos, Máquinas, Equipamentos e Material de Transporte	0,970
2.2 - Construção	1,012
3 - Serviços	0,693
3.1 - Comércio, Restaurantes e Hotéis	0,731
3.1.1 - Restaurantes e Hotéis	0,542
3.2 - Serviços Prestados à Colectividade, Sociais e Pessoais	0,687
3.2.1 - Serviços Sociais	0,695
3.2.2 - Serviços Pessoais e Domésticos	0,825

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro G
Pessoas nos estabelecimentos segundo o sector de actividade por distrito da Região Norte

	1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º	%	Δ a)	N.º	%	Δ a)
Distrito de Aveiro						
Sector Primário	2.481	1,3	1,9	2.645	1,2	0,2
Sector Secundário	138.367	71,3	10	136.910	63,6	-4,7
Sector Terciário	53.302	27,5	29,9	75.758	35,2	7
Distrito de Braga						
Sector Primário	1.167	0,5	23,4	1.560	0,6	6,9
Sector Secundário	163.266	74,7	8,6	168.814	67,5	0,2
Sector Terciário	54.235	24,8	27,6	79.761	31,9	10
Distrito de Bragança						
Sector Primário	629	5	24,2	723	4,1	18,2
Sector Secundário	4.416	34,8	42,5	5.717	32,8	0,3
Sector Terciário	7.646	60,2	32,1	11.010	63,1	6,9
Distrito do Porto						
Sector Primário	2.076	0,4	41,8	2.566	0,5	7,8
Sector Secundário	267.591	55,4	3,9	251.665	48,3	-3
Sector Terciário	213.202	44,2	28,9	266.928	51,2	7,7
Distrito de Viana do						
Sector Primário	880	2,1	-23,4	847	1,6	25,4
Sector Secundário	25.488	59,5	27,4	29.003	55,7	0,8
Sector Terciário	16.468	38,4	26,3	22.231	42,7	11,3
Distrito de Vila Real						
Sector Primário	1.213	5,2	46,6	1.693	5,6	25,7
Sector Secundário	9.476	40,8	24,3	11.133	36,7	9,1
Sector Terciário	12.543	54	39,5	17.510	57,7	8
Distrito de Viseu						
Sector Primário	2.005	3,5	29,1	2.725	3,6	0,2
Sector Secundário	30.287	52,9	34,4	36.808	48,4	3,5
Sector Terciário	25.008	43,6	46,4	36.563	48	2,7

Nota: a) Coeficiente de variação
Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro H
Índice de localização e de dispersão sectorial, na óptica do emprego, por distrito da Região Norte

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito de Aveiro				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,625	23,87	0,646	20,76
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,488	21,67	1,525	21,39
2.1 - Indústria Transformadora	1,748	23,90	1,918	24,25
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,026	21,41	1,105	21,11
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,540	5,63	0,599	5,49
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	4,634	43,44	4,977	42,87
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	3,750	52,16	4,077	50,68
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	2,486	35,66	2,829	36,65
2.2 - Construção	0,702	12,48	0,732	13,21
3 - Serviços	0,548	13,95	0,624	14,86
3.1 - Serviços Comerciais	0,546	13,89	0,614	14,69
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,677	15,22	0,775	15,78
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,614	14,49	0,710	15,31
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,488	15,19	0,579	15,89
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,563	14,34	0,700	16,06
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,318	13,85	0,490	16,40
3.2.2 - Ensino	0,547	14,03	0,632	14,34
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,582	14,52	0,750	16,69
Distrito de Braga				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,260	11,13	0,328	12,23
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,559	25,57	1,619	26,38
2.1 - Indústria Transformadora	1,757	27,05	1,902	27,93
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	0,642	15,07	0,751	16,66
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	4,226	49,64	4,969	52,93
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	1,426	15,06	1,564	15,65
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0,585	9,17	0,735	10,61
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	0,987	15,95	1,133	17,05
2.2 - Construção	0,983	19,70	1,057	22,14
3 - Serviços	0,495	14,19	0,565	15,64
3.1 - Serviços Comerciais	0,483	13,84	0,553	15,38
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,621	15,70	0,746	17,63
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,636	16,89	0,707	17,70
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,411	14,42	0,468	14,93
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,596	17,08	0,656	17,48
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,300	14,95	0,314	12,15
3.2.2 - Ensino	0,573	16,57	0,584	15,38
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,619	17,39	0,722	18,68

(continua)



Quadro H
Índice de localização e de dispersão sectorial, na óptica do emprego, por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito de Bragança				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	2,415	6,00	2,175	5,67
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	0,725	0,69	0,786	0,89
2.1 - Indústria Transformadora	0,372	0,33	0,410	0,42
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,505	2,05	1,555	2,41
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,059	0,04	0,069	0,05
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,023	0,01	0,036	0,03
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0,747	0,68	0,806	0,81
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	0,677	0,63	0,827	0,87
2.2 - Construção	1,746	2,02	1,522	2,22
3 - Serviços	1,207	2,00	1,119	2,16
3.1 - Serviços Comerciais	1,132	1,88	1,021	1,98
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	1,405	2,05	1,247	2,06
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	1,520	2,33	1,305	2,28
3.1.2 - Alojamento e Restauração	1,093	2,22	1,156	2,57
3.2 - Serviços Não Comerciais	1,827	3,03	1,847	3,43
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,518	1,44	1,476	4,09
3.2.2 - Ensino	1,041	1,75	1,115	2,05
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	2,327	3,77	2,164	3,90
Distrito do Porto				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,209	19,74	0,259	20,11
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,158	41,88	1,158	39,32
2.1 - Indústria Transformadora	1,211	41,12	1,261	38,58
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	0,804	41,67	0,867	40,10
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	1,541	39,92	1,636	36,32
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	1,691	39,40	1,879	39,17
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0,670	23,17	0,805	24,24
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,122	39,92	1,129	35,39
2.2 - Construção	1,018	44,98	0,950	41,47
3 - Serviços	0,882	55,76	0,908	52,36
3.1 - Serviços Comerciais	0,895	56,55	0,922	53,46
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,944	52,70	1,010	49,73
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,850	49,83	0,918	47,91
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,643	49,70	0,730	48,52
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,777	49,16	0,804	44,60
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,421	45,57	0,578	46,73
3.2.2 - Ensino	0,845	53,89	0,974	53,52
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,753	46,65	0,763	41,09

(continua)



Quadro H
Índice de localização e de dispersão sectorial, na óptica do emprego, por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito de Viana do Castelo				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,018	8,50	0,855	6,63
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,241	3,98	1,336	4,53
2.1 - Indústria Transformadora	1,053	3,17	1,167	3,57
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,098	5,04	0,978	4,51
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	1,057	2,43	1,302	2,89
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,725	1,52	0,931	1,94
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	1,902	5,82	1,775	5,34
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	0,748	2,37	1,059	3,32
2.2 - Construção	1,898	7,42	1,686	7,35
3 - Serviços	0,769	4,31	0,757	4,36
3.1 - Serviços Comerciais	0,753	4,22	0,736	4,26
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,873	4,31	0,905	4,45
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	1,052	5,46	1,019	5,31
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,936	6,41	0,885	5,88
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,913	5,10	0,906	5,03
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	1,384	13,25	0,845	6,82
3.2.2 - Ensino	0,644	3,64	0,804	4,42
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	1,048	5,74	0,950	5,12
Distrito de Vila Real				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	2,539	11,56	2,936	13,23
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	0,853	1,48	0,880	1,74
2.1 - Indústria Transformadora	0,555	0,91	0,571	1,02
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,957	4,88	2,016	5,43
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,182	0,23	0,190	0,25
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,363	0,41	0,168	0,20
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	0,844	1,40	0,796	1,39
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	0,505	0,86	0,546	1,00
2.2 - Construção	1,641	3,46	1,322	3,36
3 - Serviços	1,079	3,28	1,024	3,43
3.1 - Serviços Comerciais	1,080	3,28	0,986	3,32
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	1,224	3,27	1,180	3,38
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	1,427	4,01	1,365	4,15
3.1.2 - Alojamento e Restauração	1,177	4,37	1,144	4,42
3.2 - Serviços Não Comerciais	1,059	3,23	1,311	4,23
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,964	5,08	1,198	5,67
3.2.2 - Ensino	1,098	3,37	1,092	3,49
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	1,042	3,11	1,407	4,40

(continua)



Quadro H
Índice de localização e de dispersão sectorial, na óptica do emprego, por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995-2000		2002-2004	
	ILS	IDS	ILS	IDS
Distrito de Viseu				
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	1,714	19,19	1,882	21,38
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,105	4,73	1,160	5,75
2.1 - Indústria Transformadora	0,872	3,51	0,950	4,24
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	1,615	9,88	1,450	9,78
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	0,693	2,12	0,643	2,08
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	0,057	0,16	0,049	0,15
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	1,863	7,59	1,576	6,92
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,085	4,59	1,249	5,72
2.2 - Construção	1,906	9,93	1,608	10,25
3 - Serviços	0,871	6,52	0,853	7,18
3.1 - Serviços Comerciais	0,847	6,34	0,815	6,90
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	1,023	6,74	0,967	6,96
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	1,012	7,00	0,963	7,33
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,840	7,68	0,804	7,79
3.2 - Serviços Não Comerciais	1,080	8,06	1,132	9,17
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,457	5,86	0,693	8,15
3.2.2 - Ensino	0,896	6,74	0,846	6,81
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	1,207	8,82	1,285	10,11

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro I
Índice de localização sectorial (ILS) da Região Norte, na óptica do emprego

	ILS	
	1995-2000	2002-2004
1 - Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,494	0,577
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	1,294	1,320
2.1 - Indústria Transformadora	1,378	1,465
2.1.1 - Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco	0,903	0,969
2.1.2 - Indústria Têxtil e do Vestuário	1,806	2,020
2.1.3 - Indústria do Couro, Calçado e Similares	2,009	2,150
2.1.4 - Indústria da Madeira e da Cortiça e suas Obras	1,354	1,489
2.1.5 - Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos	1,313	1,429
2.2 - Construção	1,059	1,027
3 - Serviços	0,740	0,777
3.1 - Serviços Comerciais	0,740	0,773
3.1.1 - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis, Motociclos; Bens de Uso Pessoal e Doméstico	0,838	0,910
3.1.1.1 - Comércio a Retalho, Reparação de Bens Pessoais e	0,798	0,859
3.1.2 - Alojamento e Restauração	0,605	0,675
3.2 - Serviços Não Comerciais	0,740	0,808
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,432	0,554
3.2.2 - Ensino	0,734	0,816
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	0,755	0,832

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Quadro J

Coefficiente de industrialização transformadora (CIND) e de terciarização (CERVI) por distrito da Região norte, na óptica do emprego

	1988 - 1992		1995 - 2000		2002 - 2004	
	CIND	CERVI	CIND	CERVI	CIND	CERVI
Distrito de Aveiro	-	-	63,3	27,5	53,8	35,2
Distrito de Braga	-	-	63,7	24,8	53,4	31,9
Distrito de Bragança	-	-	13,4	60,2	11,5	63,1
Distrito do Porto	-	-	43,8	44,2	35,4	51,2
Distrito de Viana do Castelo	-	-	38,2	38,4	32,8	42,7
Distrito de Vila Real	-	-	20,1	54,0	16,0	57,7
Distrito de Viseu	-	-	31,5	43,6	26,6	48,0

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro K
Empresas segundo a dimensão na Região Norte

	1995 – 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Aveiro						
Até 9 Pessoas	12.140	77,9	42,5	16.730	1,9	81,1
10 - 49 Pessoas	2.863	18,4	22,8	3.294	3,2	16,0
50 - 99 Pessoas	378	2,4	-0,3	376	1,8	1,8
100 - 499 Pessoas	195	1,2	16,8	211	3,8	1,0
500 e Mais Pessoas	17	0,1	20,0	17	12,3	0,1
Distrito de Braga						
Até 9 Pessoas	14.422	78,3	64,7	21.297	2,2	81,2
10 - 49 Pessoas	3.341	18,1	29,2	4.253	0,8	16,2
50 - 99 Pessoas	405	2,2	5,1	425	4,5	1,6
100 - 499 Pessoas	231	1,3	3,8	237	2,8	0,9
500 e Mais Pessoas	23	0,1	-19,2	17	5,4	0,1
Distrito de Bragança						
Até 9 Pessoas	1.950	90,0	57,1	2.920	91,0	3,5
10 - 49 Pessoas	190	8,4	45,7	273	8,5	0,3
50 - 99 Pessoas	7	0,3	125,0	14	0,4	15,4
100 - 499 Pessoas	3	0,1	-	4	0,1	12,9
500 e Mais Pessoas	-	-	-	-	-	-
Distrito do Porto						
Até 9 Pessoas	30.074	78,0	38,4	41.432	4,0	81,4
10 - 49 Pessoas	7.133	18,5	22,9	8.095	1,3	15,9
50 - 99 Pessoas	781	2,0	13,7	807	3,4	1,6
100 - 499 Pessoas	506	1,3	-5,9	493	1,1	1,0
500 e Mais Pessoas	62	0,2	-1,7	51	2,5	0,1
Distrito de Viana do Castelo						
Até 9 Pessoas	4.594	85,6	40,2	6.076	86,4	6,4
10 - 49 Pessoas	689	12,8	36,0	865	12,3	2,7
50 - 99 Pessoas	60	1,1	14,3	61	0,9	16,9
100 - 499 Pessoas	24	0,5	-12,5	30	0,4	18,5
500 e Mais Pessoas	2	0,03	-	2	0,03	-
Distrito de Vila Real						
Até 9 Pessoas	2.877	87,9	51,0	4.181	3,7	88,9
10 - 49 Pessoas	356	10,9	37,9	468	1,4	10,0
50 - 99 Pessoas	28	0,8	54,5	40	11,3	0,8
100 - 499 Pessoas	12	0,4	0,0	13	3,7	0,3
500 e Mais Pessoas	-	-	-	-	-	-
Distrito de Viseu						
Até 9 Pessoas	5.664	84,4	56,3	8.385	1,6	86,4
10 - 49 Pessoas	918	13,7	29,0	1.169	2,0	12,0
50 - 99 Pessoas	83	1,2	15,8	96	6,5	1,0
100 - 499 Pessoas	43	0,6	39,5	56	1,5	0,6
500 e Mais Pessoas	2	0,03	100,0	5	10,1	0,05

Nota: a) Coeficiente de variação

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro L
Índice micro-empresarial (IME) e índice de escala empresarial (IEE) por distrito da Região Norte

	1988 – 1992		1995 – 2000		2002 - 2004	
	IME	IEE	IME	IEE	IME	IEE
Distrito de Aveiro	-	-	77,9	3,8	81,1	2,9
Distrito de Braga	-	-	78,3	3,6	81,2	2,6
Distrito de Bragança	-	-	90,7	0,5	91,0	0,6
Distrito do Porto	-	-	78,0	3,5	81,4	2,7
Distrito de Viana do Castelo	-	-	85,6	1,6	86,4	1,3
Distrito de Vila Real	-	-	87,9	1,2	88,9	1,1
Distrito de Viseu	-	-	84,4	1,9	86,4	1,6

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Quadro M
Empresas segundo a antiguidade por distrito da Região Norte

	1995 – 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Aveiro						
Menos de 1 ano	597	3,8	73,6	1.028	5,0	-41,1
Entre 1 e 4 anos	3.503	22,5	56,1	5.636	27,3	4,5
Entre 5 e 9 anos	3.689	23,7	8,6	4.315	20,9	7,3
Entre 10 e 19 anos	4.164	26,7	67,7	5.768	28,0	11,6
Entre 20 e 49 anos	2.052	13,2	73,7	3.340	16,2	9,6
Com 50 e mais anos	175	1,1	34,5	223	1,1	10,2
Ignorado	1.411	9,1	-35,4	318	1,5	-69,4
Distrito de Braga						
Menos de 1 ano	978	5,3	61,1	1.760	6,7	-44,0
Entre 1 e 4 anos	5.235	28,4	87,7	9.429	36,0	8,9
Entre 5 e 9 anos	4.694	25,5	16,6	5.522	21,1	15,3
Entre 10 e 19 anos	4.645	25,2	92,7	6.221	23,7	12,9
Entre 20 e 49 anos	1.618	8,8	94,5	2.791	10,6	14,5
Com 50 e mais anos	177	1,0	23,9	218	0,8	11,7
Ignorado	1.092	5,9	-31,6	286	1,1	-71,0
Distrito de Bragança						
Menos de 1 ano	84	3,9	89,9	198	6,2	-25,1
Entre 1 e 4 anos	574	26,7	49,9	885	27,6	15,9
Entre 5 e 9 anos	560	26,1	38,9	763	23,8	6,4
Entre 10 e 19 anos	589	27,4	93,5	932	29,0	13,3
Entre 20 e 49 anos	231	10,7	94,8	383	11,9	8,8
Com 50 e mais anos	21	1,0	116,7	31	1,0	14,8
Ignorado	92	4,3	-42,1	19	0,6	-51,9
Distrito do Porto						
Menos de 1 ano	1.630	4,2	65,5	2.711	5,3	-24,6
Entre 1 e 4 anos	9.127	23,7	53,0	15.107	29,7	10,8
Entre 5 e 9 anos	8.893	23,1	8,4	10.649	20,9	14,8
Entre 10 e 19 anos	10.197	26,4	55,2	13.137	25,8	12,0
Entre 20 e 49 anos	4.945	12,8	52,7	7.704	15,1	14,6
Com 50 e mais anos	762	2,0	9,7	827	1,6	12,9
Ignorado	3.003	7,8	-19,3	744	1,5	-72,1

(continua)



Quadro M
Empresas segundo a antiguidade por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995 – 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Viana do Castelo						
Menos de 1 ano	266	5,0	45,1	415	5,9	-20,0
Entre 1 e 4 anos	1.366	25,4	53,3	2.127	30,2	8,8
Entre 5 e 9 anos	1.390	25,9	4,9	1.469	20,9	6,4
Entre 10 e 19 anos	1.558	29,0	67,4	1.926	27,4	8,0
Entre 20 e 49 anos	598	11,1	101,0	997	14,2	11,3
Com 50 e mais anos	58	1,1	21,2	73	1,0	11,3
Ignorado	134	2,5	-72,4	26	0,4	-60,5
Distrito de Vila Real						
Menos de 1 ano	136	4,1	51,5	256	5,5	-11,0
Entre 1 e 4 anos	839	25,6	87,9	1.334	28,4	11,4
Entre 5 e 9 anos	746	22,8	33,8	1.101	23,4	5,3
Entre 10 e 19 anos	677	20,7	126,2	1.253	26,7	23,0
Entre 20 e 49 anos	274	8,4	90,3	538	11,4	29,8
Com 50 e mais anos	53	1,6	14,6	63	1,3	17,2
Ignorado	549	16,8	-33,0	156	3,3	-70,5
Distrito de Viseu						
Menos de 1 ano	338	5,0	93,5	666	6,9	-44,1
Entre 1 e 4 anos	1.757	26,2	94,6	3.039	31,3	3,2
Entre 5 e 9 anos	1.581	23,6	29,1	2.192	22,6	12,6
Entre 10 e 19 anos	1.683	25,1	73,9	2.395	24,7	13,0
Entre 20 e 49 anos	706	10,5	100,4	1.224	12,6	12,7
Com 50 e mais anos	71	1,1	55,6	96	1,0	8,7
Total Distritos d)						
Menos de 1 ano	4.028	4,5	66,2	7.035	5,7	-33,8
Entre 1 e 4 anos	22.402	24,9	65,0	37.557	30,7	8,7
Entre 5 e 9 anos	21.554	23,9	12,8	26.011	21,3	12,3
Entre 10 e 19 anos	23.512	26,1	68,8	31.632	25,8	12,4
Entre 20 e 49 anos	10.422	11,6	69,8	16.976	13,9	13,6
Com 50 e mais anos	1.315	1,5	18,5	1.531	1,3	12,2
Ignorado	6.854	7,6	-31,2	1.646	1,3	-70,8

Nota: a) Coeficiente de variação
Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

Quadro N
Índice de dinamismo empresarial (IDINE) e índice de amadurecimento empresarial (IME) por distrito da Região Norte

	1995 – 2000		2002 - 2004	
	IDINE	IME	IDINE	IME
Região Norte	4,9	42,3	5,8	41,2
Distrito de Aveiro	4,2	45,1	5,1	45,9
Distrito de Braga	5,6	37,1	6,8	35,6
Distrito de Bragança	4,1	40,8	6,2	42,2
Distrito do Porto	4,6	44,7	5,4	43,2
Distrito de Viana do Castelo	5,1	42,3	5,9	42,8
Distrito de Vila Real	5,0	36,8	5,6	40,8
Distrito de Viseu	5,5	40,1	6,9	38,6

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro O
Trabalhadores por conta de outrem segundo o sexo por distrito da Região Norte

	1988 – 1992b)			1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Aveiro									
HM	160.866	100,0	14,0	180.779	100,0	18,1	197.143	100,0	0,8
H	100.664	62,6	5,5	103.114	57,0	14,6	112.539	57,1	-0,2
M	60.202	37,4	29,6	77.665	43,0	22,8	84.604	42,9	2,2
Distrito de Braga									
HM	183.824	100,0	13,4	205.243	100,0	14,5	229.579	100,0	5,9
H	98.802	53,7	11,5	108.511	52,9	15,4	123.667	53,9	5,9
M	85.022	46,3	15,6	96.733	47,1	13,6	105.912	46,1	5,8
Distrito de Bragança									
HM	8.942	100,0	24,6	11.420	100,0	44,0	15.444	100,0	7,4
H	6.447	72,1	16,9	7.238	63,4	35,5	9.199	59,6	5,0
M	2.495	27,9	47,6	4.182	36,6	60,5	6.245	40,4	11,1
Distrito de Porto									
HM	444.642	100,0	10,2	443.260	100,0	13,2	482.776	100,0	4,2
H	270.768	60,9	5,6	257.592	58,1	10,2	276.423	57,3	3,5
M	173.873	39,1	17,8	185.668	41,9	17,7	206.353	42,7	5,3
Distrito de Viana do Castelo									
HM	30.249	100,0	27,0	38.859	100,0	25,7	47.387	100,0	8,0
H	20.066	66,3	18,1	23.690	61,0	20,2	27.875	58,8	7,9
M	10.184	33,7	46,8	15.168	39,0	34,3	19.512	41,2	8,0
Distrito de Vila Real									
HM	16.235	100,0	19,6	20.912	100,0	31,8	27.547	100,0	12,2
H	12.193	75,1	10,2	13.724	65,6	18,8	16.993	61,7	12,0
M	4.042	24,9	54,0	7.188	34,4	60,6	10.554	38,3	12,7
Distrito de Viseu									
HM	38.936	100,0	28,1	51.871	100,0	38,5	69.019	100,0	5,1
H	28.047	72,0	19,7	33.356	64,3	33,8	43.335	62,8	3,5
M	10.889	28,0	52,7	18.514	35,7	47,5	25.684	37,2	8,0
Total dos Distritos									
HM	883.692	100,4	13,2	952.343	100,0	16,8	1.068.895	100,0	4,4
H	540.477	61,2	6,7	547.225	57,5	14,2	610.031	57,1	3,7
M	346.706	39,2	21,6	405.118	42,5	20,4	458.864	42,9	5,3

Nota: a) Coeficiente de variação

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro P
Trabalhadores por conta de outrem segundo o grupo etário por distrito da Região Norte

	1988 – 1992			1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Aveiro									
24 ou menos anos	46.645	29,0	-1,3	36.913	20,4	-6,0	28.265	14,3	-13,2
25 - 44 anos	78.650	48,9	13,7	101.011	55,9	24,5	117.976	59,8	1,9
45 - 64 anos	27.713	17,2	12,4	36.836	20,4	36,4	48.824	24,8	9,7
65 ou mais	1.025	0,6	35,8	1.054	0,6	38,9	1.425	0,7	10,7
Ignorada	6.834	4,2	286,0	4.964	2,7	-37,9	653	0,3	-83,7
Distrito de Braga									
24 ou menos anos	62.236	33,9	0,6	50.191	24,5	-8,9	40.108	17,5	-9,3
25 - 44 anos	90.705	49,3	15,8	115.623	56,3	21,6	140.313	61,1	8,3
45 - 64 anos	23.836	13,0	20,0	33.908	16,5	37,5	47.939	20,9	14,9
65 ou mais	673	0,4	15,3	550	0,3	22,8	689	0,3	11,1
Ignorada	6.374	3,5	145,6	4.971	2,4	-32,7	530	0,2	-79,3
Distrito de Bragança									
24 ou menos anos	1.602	17,9	16,7	1.884	16,5	19,1	1.968	12,7	-5,8
25 - 44 anos	4.703	52,6	21,4	6.592	57,7	54,2	9.319	60,3	7,0
45 - 64 anos	2.050	22,9	13,0	2.558	22,4	52,6	3.990	25,8	19,1
65 ou mais	65	0,7	12,5	66	0,6	110,0	105	0,7	15,6
Ignorada	522	5,8	205,6	319	2,8	-44,2	63	0,4	-87,2
Distrito de Porto									
24 ou menos anos	118.842	26,7	3,0	88.560	20,0	-5,8	73.851	15,3	-8,9
25 - 44 anos	225.627	50,7	7,9	247.476	55,8	18,7	289.140	59,9	5,6
45 - 64 anos	80.028	18,0	6,0	92.926	21,0	23,4	115.564	23,9	12,1
65 ou mais	3.273	0,7	21,0	2.322	0,5	16,0	2.757	0,6	12,8
Ignorada	16.872	3,8	251,5	11.977	2,7	-24,0	1.464	0,3	-78,9
Distrito de Viana do Castelo									
24 ou menos anos	8.662	28,6	31,2	9.386	24,2	7,1	8.509	18,0	-8,7
25 - 44 anos	15.191	50,2	20,8	21.564	55,5	34,1	28.749	60,7	10,2
45 - 64 anos	4.979	16,5	8,9	6.574	16,9	40,4	9.747	20,6	20,9
65 ou mais	180	0,6	12,0	147	0,4	37,1	215	0,5	19,8
Ignorada	1.237	4,1	367,7	1.189	3,1	-45,4	167	0,4	-79,2
Distrito de Vila Real									
24 ou menos anos	3.357	20,7	12,6	4.006	19,2	24,6	4.154	15,1	2,5
25 - 44 anos	8.389	51,7	16,7	11.689	55,9	40,8	16.505	59,9	12,1
45 - 64 anos	3.661	22,5	14,6	4.535	21,7	31,3	6.557	23,8	23,8
65 ou mais	136	0,8	-8,2	124	0,6	30,4	190	0,7	47,2
Ignorada	693	4,3	228,1	559	2,7	-51,0	141	0,5	-84,8
Distrito de Viseu									
24 ou menos anos	10.984	28,2	24,0	11.467	22,1	22,0	11.094	16,1	-12,3
25 - 44 anos	18.843	48,4	17,1	28.138	54,2	48,2	41.017	59,4	6,8
45 - 64 anos	7.148	18,4	21,9	10.523	20,3	46,4	16.214	23,5	16,2
65 ou mais	260	0,7	39,7	297	0,6	71,1	484	0,7	21,8
Ignorada	1.701	4,4	515,1	1.446	2,8	-48,6	209	0,3	-75,6
Total dos Distritos									
24 ou menos anos	252.327	28,6	3,4	202.406	21,3	-4,0	167.948	15,7	-9,6
25 - 44 anos	442.106	50,0	11,6	532.093	55,9	23,2	643.019	60,2	5,9
45 - 64 anos	149.414	16,9	10,5	187.860	19,7	30,6	248.835	23,3	13,2
65 ou mais	5.613	0,6	22,4	4.561	0,5	26,9	5.865	0,5	14,0
Ignorada	34.233	3,9	245,7	25.424	2,7	-32,6	3.227	0,3	-80,2

Nota: a) Coeficiente de variação

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro Q
Trabalhadores por conta de outrem segundo o grau de habilitação escolar por distrito da Região Norte

	1988 – 1992			1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%)	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Aveiro									
Sem Instrução	9.734	6,1	-22,2	5.389	3,0	-21,5	4.472	2,3	-7,9
1º Ciclo	82.659	51,4	-0,5	72.794	40,3	-3,2	61.140	31,0	-8,8
2º Ciclo	37.181	23,1	47,0	53.288	29,5	19,4	57.253	29,0	3,5
3º Ciclo	14.253	8,9	29,4	21.164	11,7	52,1	33.121	16,8	20,9
Ensino Secundário	7.442	4,6	57,5	18.080	10,0	78,2	25.378	12,9	10,2
Ensino Superior	2.729	1,7	19,5	6.863	3,8	125,8	13.063	6,6	25,0
Ignorada	6.869	4,3	35,6	3.202	1,8	-10,4	2.716	1,4	-91,2
Distrito de Braga									
Sem Instrução	10.111	5,5	-0,5	5.329	2,6	-22,0	4.093	1,8	-3,9
1º Ciclo	103.932	56,5	-6,4	87.030	42,4	-10,8	70.756	30,8	-8,0
2º Ciclo	41.417	22,5	49,7	65.913	32,1	24,7	75.430	32,9	6,9
3º Ciclo	12.004	6,5	36,0	21.642	10,5	78,8	40.536	17,7	30,7
Ensino Secundário	6.553	3,6	58,2	17.619	8,6	76,3	25.883	11,3	18,0
Ensino Superior	1.952	1,1	39,6	5.177	2,5	96,1	10.753	4,7	36,6
Ignorada	7.855	4,3	147,7	2.534	1,2	-34,4	2.127	0,9	-88,6
Distrito de Bragança									
Sem Instrução	532	6,0	-18,0	285	2,5	6,4	412	2,7	-9,7
1º Ciclo	4.732	52,9	5,3	4.645	40,7	22,9	5.125	33,2	-4,4
2º Ciclo	1.228	13,7	62,6	2.314	20,3	53,4	3.221	20,9	22,7
3º Ciclo	1.023	11,4	33,2	1.743	15,3	86,7	2.882	18,7	27,6
Ensino Secundário	689	7,7	92,5	1.628	14,3	47,8	2.320	15,0	29,0
Ensino Superior	116	1,3	14,2	483	4,2	138,7	1.087	7,0	22,8
Ignorada	622	7,0	114,7	322	2,8	9,3	397	2,6	-84,5
Distrito de Porto									
Sem Instrução	22.380	5,0	-26,6	10.320	2,3	-25,8	8.863	1,8	-0,3
1º Ciclo	237.258	53,4	-5,7	179.851	40,6	-9,1	147.362	30,5	-3,4
2º Ciclo	82.789	18,6	44,8	109.384	24,7	21,9	120.645	25,0	6,2
3º Ciclo	45.484	10,2	22,4	56.386	12,7	40,8	83.920	17,4	17,5
Ensino Secundário	27.898	6,3	54,0	55.956	12,6	52,5	74.492	15,4	15,1
Ensino Superior	12.100	2,7	37,3	24.213	5,5	71,5	40.724	8,4	18,2
Ignorada	16.734	3,8	73,3	7.149	1,6	-14,0	6.770	1,4	-86,4
Distrito de Viana do Castelo									
Sem Instrução	1.193	3,9	-30,3	674	1,7	-5,0	785	1,7	3,2
1º Ciclo	15.150	50,1	2,8	12.994	33,4	-8,5	11.003	23,2	-3,4
2º Ciclo	8.030	26,5	74,9	13.491	34,7	32,4	16.275	34,3	3,6
3º Ciclo	3.026	10,0	59,9	5.917	15,2	83,6	9.931	21,0	20,3
Ensino Secundário	1.513	5,0	51,8	4.301	11,1	78,6	6.596	13,9	15,7
Ensino Superior	398	1,3	32,2	1.112	2,9	97,3	2.579	5,4	37,6
Ignorada	940	3,1	95,2	371	1,0	-60,1	218	0,5	-63,2
Distrito de Vila Real									
Sem Instrução	988	6,1	-29,3	568	2,7	-24,5	882	3,2	22,7
1º Ciclo	9.539	58,8	11,8	8.942	42,8	9,7	8.930	32,4	4,8
2º Ciclo	2.173	13,4	48,6	4.370	20,9	47,3	5.434	19,7	13,1
3º Ciclo	1.766	10,9	18,1	2.808	13,4	68,6	5.450	19,8	29,8
Ensino Secundário	969	6,0	80,2	2.722	13,0	84,6	4.363	15,8	21,6
Ensino Superior	205	1,3	76,7	738	3,5	139,4	1.810	6,6	48,1
Ignorada	595	3,7	93,1	764	3,7	-19,2	678	2,5	-77,5

(continua)



Quadro Q
Trabalhadores por conta de outrem segundo o grau de habilitação escolar por distrito da Região Norte
(continuação)

	1988 – 1992			1995 - 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%)	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Viseu									
Sem Instrução	1.450	3,7	-15,5	1.018	2,0	21,7	1.660	2,4	-35,7
1º Ciclo	21.713	55,8	11,0	21.863	42,1	12,4	22.395	32,4	-6,8
2º Ciclo	7.933	20,4	72,8	13.572	26,2	43,0	17.568	25,5	10,0
3º Ciclo	3.579	9,2	37,7	6.492	12,5	83,0	12.895	18,7	25,2
Ensino Secundário	2.075	5,3	95,5	5.901	11,4	87,0	9.386	13,6	13,9
Ensino Superior	538	1,4	72,9	1.796	3,5	140,6	4.236	6,1	26,2
Ignorada	1.649	4,2	44,2	1.229	2,4	1,4	878	1,3	-67,6
Total dos Distritos									
Sem Instrução	46.387	5,2	-20,1	23.583	2,5	-21,1	21.167	2,0	-5,2
1º Ciclo	474.983	53,7	-3,6	388.120	40,8	-6,6	326.710	30,6	-5,5
2º Ciclo	180.750	20,5	48,9	262.330	27,5	24,2	295.827	27,7	6,2
3º Ciclo	81.134	9,2	27,5	116.152	12,2	54,6	188.735	17,7	22,0
Ensino Secundário	47.140	5,3	57,6	106.206	11,2	63,8	148.419	13,9	15,1
Ensino Superior	18.036	2,0	35,5	40.383	4,2	87,9	74.252	6,9	23,7
Ignorada	35.263	4,0	77,4	15.569	1,6	-18,5	13.785	1,3	-86,2

Nota: a) Coeficiente de variação

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro R
Trabalhadores por conta de outrem segundo a estrutura dos níveis de qualificação por distrito da Região Norte

	1988 – 1992			1995 – 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Aveiro									
Quadros Superiores	1.701	1,1	33,2	4.896	2,7	98,2	8.069	4,1	28,2
Quadros Médios	1.611	1,0	53,7	3.640	2,0	36,8	5.827	3,0	28,4
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	5.264	3,3	36,8	6.354	3,5	25,0	7.507	3,8	3,8
Profissionais Altamente Qualificados	3.656	2,3	15,9	5.778	3,2	36,4	8.073	4,1	8,6
Profissionais Qualificados	57.636	35,8	18,3	74.922	41,4	17,9	81.006	41,1	-3,0
Profissionais Semiqualeificados	38.721	24,1	13,4	43.529	24,1	7,0	45.129	22,9	0,9
Profissionais Não Qualificados	16.755	10,4	9,7	21.241	11,7	42,1	22.913	11,6	1,9
Praticantes e Aprendizizes	25.335	15,7	-4,8	18.145	10,0	2,3	13.879	7,0	-23,3
Ignorado	10.189	6,3	31,9	2.274	1,3	-23,9	4.740	2,4	72,0
Distrito de Braga									
Quadros Superiores	1.226	0,7	47,0	3.787	1,8	104,5	8.048	3,5	51,3
Quadros Médios	1.444	0,8	56,0	3.409	1,7	29,0	5.665	2,5	44,2
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	5.744	3,1	44,3	7.476	3,6	8,9	9.011	3,9	11,3
Profissionais Altamente Qualificados	2.695	1,5	31,6	5.171	2,5	35,4	7.774	3,4	18,0
Profissionais Qualificados	74.068	40,3	22,5	98.322	47,9	15,6	108.420	47,2	2,8
Profissionais Semiqualeificados	42.578	23,2	12,9	44.507	21,7	7,7	47.684	20,8	6,6
Profissionais Não Qualificados	15.520	8,4	3,9	17.136	8,3	21,0	19.343	8,4	6,5
Praticantes e Aprendizizes	31.141	16,9	-11,7	23.286	11,3	10,9	19.626	8,5	-17,2
Ignorado	9.408	5,1	26,4	2.149	1,0	-44,4	4.007	1,7	64,1
Distrito de Bragança									
Quadros Superiores	93	1,0	18,2	260	2,3	238,6	606	3,9	12,7
Quadros Médios	118	1,3	26,0	294	2,6	91,5	449	2,9	26,1
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	289	3,2	60,8	337	3,0	28,5	463	3,0	21,3
Profissionais Altamente Qualificados	219	2,4	59,3	541	4,7	45,3	773	5,0	5,4
Profissionais Qualificados	3.497	39,1	28,0	5.090	44,6	40,5	6.650	43,1	2,6
Profissionais Semiqualeificados	1.437	16,1	17,5	1.683	14,7	55,7	2.261	14,6	-3,3
Profissionais Não Qualificados	1.827	20,4	19,6	2.281	20,0	40,0	3.039	19,7	13,9
Praticantes e Aprendizizes	680	7,6	1,2	790	6,9	20,4	820	5,3	10,6
Ignorado	783	8,8	37,8	145	1,3	-32,6	383	2,5	96,7

(continua)



Quadro R
Trabalhadores por conta de outrem segundo a estrutura dos níveis de qualificação por distrito da Região Norte
(continuação)

	1988 – 1992			1995 – 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Porto									
Quadros Superiores	7.476	1,7	34,7	15.522	3,5	82,6	24.919	5,2	24,2
Quadros Médios	7.465	1,7	49,0	11.723	2,6	7,8	17.551	3,6	29,9
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	16.649	3,7	17,5	16.846	3,8	7,5	17.739	3,7	5,5
Profissionais Altamente Qualificados	14.409	3,2	23,8	21.241	4,8	24,9	25.629	5,3	6,0
Profissionais Qualificados	180.638	40,6	12,6	207.290	46,8	15,1	219.860	45,5	0,6
Profissionais Semiqualeificados	87.077	19,6	5,6	76.944	17,4	6,4	80.209	16,6	1,7
Profissionais Não Qualificados	39.932	9,0	3,8	48.036	10,8	23,7	52.463	10,9	9,7
Praticantes e Aprendizizes	61.455	13,8	-5,1	37.848	8,5	-9,6	28.336	5,9	-13,2
Ignorado	29.541	6,6	28,8	7.810	1,8	-9,8	16.070	3,3	27,1
Distrito de Viana do Castelo									
Quadros Superiores	269	0,9	22,7	704	1,8	111,3	1.590	3,4	44,0
Quadros Médios	321	1,1	13,7	769	2,0	18,5	1.361	2,9	48,7
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	926	3,1	40,3	1.312	3,4	41,5	1.673	3,5	15,4
Profissionais Altamente Qualificados	948	3,1	22,7	1.364	3,5	13,8	1.903	4,0	23,5
Profissionais Qualificados	12.362	40,9	33,5	19.109	49,2	28,1	22.111	46,7	4,6
Profissionais Semiqualeificados	4.601	15,2	13,3	5.567	14,3	24,2	7.643	16,1	5,3
Profissionais Não Qualificados	3.819	12,6	11,6	4.757	12,2	28,6	5.399	11,4	9,4
Praticantes e Aprendizizes	4.979	16,5	36,0	4.864	12,5	9,3	4.624	9,8	-6,4
Ignorado	2.026	6,7	30,7	413	1,1	-3,0	1.084	2,3	31,5
Distrito de Vila Real									
Quadros Superiores	138	0,8	45,2	438	2,1	127,3	1.036	3,8	48,4
Quadros Médios	214	1,3	34,7	500	2,4	69,7	971	3,5	48,7
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	514	3,2	37,9	644	3,1	23,7	917	3,3	21,2
Profissionais Altamente Qualificados	362	2,2	24,1	792	3,8	40,9	1.144	4,2	8,8
Profissionais Qualificados	6.052	37,3	17,5	9.294	44,4	30,1	11.754	42,7	1,4
Profissionais Semiqualeificados	2.846	17,5	6,7	3.209	15,3	39,0	4.367	15,9	21,6
Profissionais Não Qualificados	3.086	19,0	9,5	3.989	19,1	36,3	5.145	18,7	17,9
Praticantes e Aprendizizes	1.622	10,0	66,2	1.668	8,0	13,6	1.588	5,8	-2,4
Ignorado	1.402	8,6	23,0	378	1,8	-53,7	624	2,3	64,8

(continua)



Quadro R
Trabalhadores por conta de outrem segundo a estrutura dos níveis de qualificação por distrito da Região Norte
(continuação)

	1988 – 1992			1995 – 2000			2002 - 2004		
	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)	N.º Médio	%	Δ a)
Distrito de Viseu									
Quadros Superiores	344	0,9	52,6	1.260	2,4	176,6	2.572	3,7	23,3
Quadros Médios	435	1,1	24,2	1.105	2,1	35,7	2.009	2,9	58,1
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	1.019	2,6	62,1	1.718	3,3	49,3	2.438	3,5	7,6
Profissionais Altamente Qualificados	970	2,5	27,3	1.649	3,2	38,4	2.519	3,7	25,2
Profissionais Qualificados	14.616	37,5	33,7	23.454	45,2	41,7	30.840	44,7	1,5
Profissionais Semiqualeificados	6.012	15,4	18,7	8.046	15,5	38,9	10.738	15,6	3,1
Profissionais Não Qualificados	7.272	18,7	14,4	8.763	16,9	40,0	10.979	15,9	-2,1
Praticantes e Aprendizizes	5.192	13,3	22,1	5.137	9,9	12,4	4.571	6,6	-15,6
Ignorado	3.078	7,9	52,8	740	1,4	-29,8	2.354	3,4	97,7
Total dos Distrito									
Quadros Superiores	11.245	1,3	36,0	26.867	2,8	94,7	46.839	4,4	30,1
Quadros Médios	11.607	1,3	47,8	21.439	2,3	19,0	33.835	3,2	34,6
Encarregados, Contramestres, Mestres, Chefes de Equipa	30.403	3,4	28,1	34.688	3,6	14,2	39.747	3,7	7,5
Profissionais Altamente Qualificados	23.258	2,6	23,8	36.535	3,8	28,9	47.817	4,5	10,0
Profissionais Qualificados	348.868	39,5	17,4	437.479	45,9	18,1	480.640	45,0	0,8
Profissionais Semiqualeificados	183.272	20,7	9,6	183.486	19,3	9,4	198.031	18,5	3,2
Profissionais Não Qualificados	88.210	10,0	6,5	106.203	11,2	28,9	119.282	11,2	6,9
Praticantes e Aprendizizes	130.403	14,8	-3,7	91.738	9,6	0,3	73.444	6,9	-15,5
Ignorado	56.427	6,4	30,3	13.908	1,5	-20,3	29.261	2,7	44,3

Nota: a) Coeficiente de variação

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.



Quadro S
Índices de localização e de dispersão profissional por distrito da Região Norte

	1995-2000		2002-2004	
	ILP	IDP	ILP	IDP
Distrito de Aveiro				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0,738	19,72	0,791	17,55
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1,443	15,21	0,622	15,60
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,684	16,81	0,790	17,84
Pessoal Administrativo e Similares	0,741	16,17	0,815	16,95
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0,590	14,69	0,672	15,61
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	0,600	20,92	0,551	16,33
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1,389	19,28	1,367	18,49
Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	1,239	20,33	1,442	22,35
Trabalhadores Não Qualificados	1,137	22,28	0,946	19,62
Distrito de Braga				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0,515	15,64	0,723	18,69
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1,076	13,84	0,505	14,78
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,549	15,35	0,660	17,37
Pessoal Administrativo e Similares	0,764	18,97	0,766	18,58
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0,596	16,87	0,642	17,39
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	0,303	12,00	0,370	12,78
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1,543	24,37	1,619	25,54
Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	1,569	29,32	1,494	27,02
Trabalhadores Não Qualificados	0,770	17,17	0,721	17,45
Distrito de Bragança				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0,479	0,81	0,534	0,92
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1,659	1,18	0,850	1,66
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,869	1,36	0,744	1,31
Pessoal Administrativo e Similares	0,982	1,37	0,931	1,51
Pessoal dos Serviços e Vendedores	1,436	2,28	1,299	2,35
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	2,870	6,42	2,842	6,57
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	0,891	0,79	0,927	0,98
Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	0,773	0,81	0,713	0,86
Trabalhadores Não Qualificados	1,009	1,27	1,224	1,99
Distrito do Porto				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0,809	54,33	0,953	52,11
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2,179	60,29	0,900	55,63
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,915	56,60	0,945	52,51
Pessoal Administrativo e Similares	0,960	52,75	0,996	51,02
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0,804	50,37	0,847	48,48
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	0,240	20,97	0,302	22,05
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1,284	44,87	1,265	42,15
Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	0,976	40,32	0,980	37,45
Trabalhadores Não Qualificados	0,927	45,74	0,895	45,76

(continua)



Quadro S
Índices de localização e de dispersão profissional por distrito da Região Norte
(continuação)

	1995-2000		2002-2004	
	ILP	IDP	ILP	IDP
Distrito de Viana do Castelo				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0,499	2,84	0,578	3,07
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1,202	2,79	0,596	3,58
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,609	3,19	0,655	3,55
Pessoal Administrativo e Similares	0,715	3,32	0,713	3,55
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0,987	5,23	0,886	4,94
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	0,892	6,59	0,885	6,26
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1,512	4,48	1,563	5,07
Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	0,900	3,15	1,144	4,25
Trabalhadores Não Qualificados	0,969	4,05	0,830	4,13
Distrito de Vila Real				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0,553	1,74	0,688	2,13
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1,427	1,83	0,736	2,58
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,718	2,08	0,687	2,17
Pessoal Administrativo e Similares	0,969	2,50	0,967	2,81
Pessoal dos Serviços e Vendedores	1,262	3,71	1,181	3,84
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	3,552	14,61	3,915	16,14
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	0,954	1,57	0,935	1,77
Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	0,797	1,55	0,877	1,90
Trabalhadores Não Qualificados	1,074	2,48	1,098	3,19
Distrito de Viseu				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0,642	4,92	0,711	5,52
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	1,497	4,87	0,702	6,17
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0,655	4,62	0,664	5,25
Pessoal Administrativo e Similares	0,787	4,92	0,766	5,58
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0,959	6,84	0,908	7,39
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1,853	18,49	1,918	19,87
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1,168	4,66	1,265	5,99
Operadores de Instalações, de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	0,957	4,53	1,133	6,15
Trabalhadores Não Qualificados	1,248	7,01	1,083	7,86

Fonte: DGEEP-MTSS, *Quadros de Pessoal*.

**BIBLIOGRAFIA**

BARRETO, António (2005) – Mudança social em Portugal: 1960-2000. IN *Portugal contemporâneo*, PINTO, António Costa, (coord.). Lisboa: D. Quixote.

CONSELHO DE MINISTROS do XVI GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2007) - *Quadro de Referência Estratégico Nacional*. Lisboa: Conselho de Ministros.

COMISSÃO EUROPEIA (2003) – Recomendação relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003. In *Jornal Oficial da União Europeia*. 20/5/2003. p. 36-41.

Decreto-lei n.º 121/1978 - *Define a estrutura dos níveis de qualificação*. Diário da República, 1ª série-A. N.º 121, 2 de Junho de 1978, p. 994-995

FERRÃO, Paulo; CONCEIÇÃO, Pedro; BAPTISTA, Rui (coord.) (2005) – *Preparar Portugal para um novo ciclo de fundos estruturais 2007-2013. Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento: o que podemos aprender da investigação para a formulação de políticas públicas nas áreas da ciência, inovação, crescimento económico e desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Centro de Estudos em Inovação, Instituto Superior Técnico.

COMUNIDADES EUROPEIAS (1998) - *Retrato das Regiões*. Portugal. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

MARQUES, Teresa Sá (2004) – *Portugal na transição do século. Retratos e dinâmicas territoriais*. Porto: Edições Afrontamento.

MATEUS, Abel (2003) – Economia: do ajustamento estrutural ao relançamento do crescimento. In TAVARES, Luís Valadares, MAEUS, Abel, CABRAL, Francisco Sarsfield, (coord.) *Reformar Portugal. 17 estratégias de mudança*. Lisboa: Oficina do Livro, p. 21-61.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2004) – *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*. Lisboa: ME/MTSS.

TESSARING, M.; WANNAN, J. (2004) – *Vocational, Education and Training – Key to the Future. [Cedefop synthesis of the Maastricht Study]*. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.